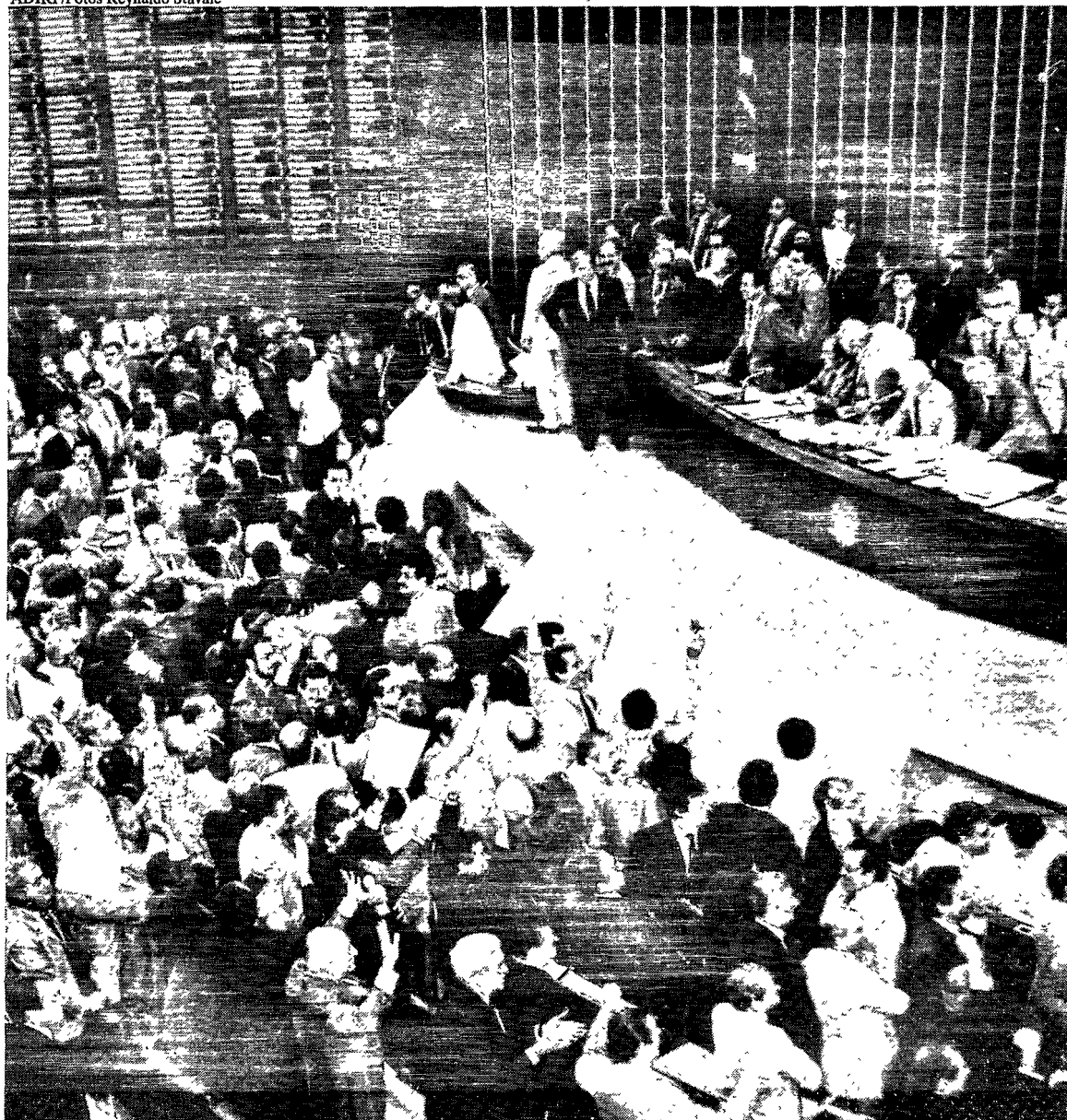


Jornal da Constituinte

Órgão Oficial de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 16 a 22 de maio de 1988 — Nº 47

ADIRP/Fotos Reynaldo Stavale



No painel, o resultado da votação que provocou debates, encheu o plenário e sacudiu o país.

Reforma agrária na Carta

A Constituinte passa, a partir dessa semana, a votar o último capítulo das disposições permanentes, que trata da Ordem Social. Na semana passada, após intensas negociações, que envolveram todos os partidos e lideranças políticas, votou-se o texto que define os parâmetros da reforma agrária no país. Os membros do Centrão aceitaram que a propriedade da terra fique subordinada a sua função social, mas se aprovou destaque segundo o qual as propriedades produtivas não poderão ser objeto de desapropriação.

Com esse acordo, evitou-se que surgisse o primeiro "buraco negro" na nova Carta. Isso aconteceria se, por falta de entendimento, o último projeto do relator Bernardo Cabral (PMDB — AM) não fosse acolhido. Nesse caso, a matéria, simplesmente, deixaria de constar da futura Constituição.

Durante toda a semana, os partidários desta ou daquela concepção de reforma agrária exerceram forte — e legítima — pressão sobre os constituintes, movimentando permanentemente as galerias e corredores do Congresso. Com a votação de terça-feira passada, as principais normas que regerão qualquer programa de reforma agrária passarão a ser definidas na lei complementar. Será ela, por exemplo, que conceituará o que seja propriedade produtiva ou quando — e em que condições — o governo poderá decretar a imissão imediata da posse. (Páginas 3, 4 e 5)



A intensa negociação entre os partidos, com consultas seguidas aos representantes dos empresários e dos trabalhadores rurais, afastou a ameaça de ocorrer *buraco negro* mas não eliminou a tensão em torno dessa decisão. O líder do PMDB, Mário Covas (à esquerda), pediu apoio de sua bancada à proposta conciliatória do deputado Bernardo Cabral, enquanto o líder do PFL, José Lourenço (à direita), orientou seus liderados para a votação do destaque que acabou excluindo as terras produtivas da relação de propriedades sujeitas à desapropriação. No plenário cheio, os constituintes se acotovellavam junto aos microfones de aparte. A reforma agrária foi a maior polêmica das votações até agora realizadas na ANC.



Os grupos de pressão acompanharam passo a passo a votação. Representantes da União Democrática Ruralista (acima) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (abaixo), que há 15 dias vinham participando das negociações entre os líderes partidários, ocuparam as galerias e corredores, aplaudiram os discursos favoráveis e vaiaram os adversários, num misto de festa e de guerra.



Rumos partidários

Como consequência das definições da Assembléia Nacional Constituinte, ampliam-se as manifestações de desentendimento no meio partidário brasileiro, inclusive com propostas de adiamento das convenções, com a sugestão de somente realizá-las após a promulgação da futura Carta.

Não se pode esquecer, neste momento em que o assunto vem à tona, a enorme contribuição dos partidos em favor da redemocratização brasileira. Foi em função dessa postura de resistência, especialmente do PMDB, que a nação pôde reconquistar a plenitude do estado de direito, de que decorre, inclusive, o atual quadro pluripartidário.

Se existem desentendimentos no âmbito interno dos partidos, isso se deve muito mais a aspectos conjunturais, já que, como se sabe, o objetivo comum é a busca do aperfeiçoamento político do país. Em breve, estaremos com uma nova Constituição em vigor, e, a partir daí, será necessário dar resposta adequada aos grandes desafios nacionais, sobretudo da parte do Poder Legislativo, investido de suas prerrogativas em função do que foi inscrito no texto que a Constituinte está ultimando.

Entendo, pelo menos a nível de PMDB, que a solução para a unidade partidária passará pela atualização do seu programa, mas essa é uma tarefa que deve ser deixada para o período posterior à promulgação da Constituição.

A instabilidade ainda encontrada no meio partidário decorre sem dúvida do caminho artificial imposto pelos governos autoritários para a criação das agremiações. Mas, a despeito disso, ali vicejaram idéias comuns, graças às quais se tornou possível a restauração do estado de direito.

Estou também convencido de que, com as eleições de novembro próximo, para prefeitos e vereadores, surgirá a resposta popular quanto à sobrevivência das atuais agremiações partidárias. O pleito de novembro, dentro dessa angulação, será um fator extremamente válido para a consolidação do quadro partidário brasileiro, devendo ainda funcionar como uma espécie de vestibular para lançar com autenticidade as legendas que deverão exercer a ação congressual e, em seguida, nas futuras eleições gerais, cristalizar o verdadeiro e representativo cenário político do país.

Constituinte Humberto Lucena
Presidente do Congresso Nacional

Reforma Agrária

O povo brasileiro foi violentamente golpeado com a derrota que sofreu, ao ver rejeitado o dispositivo que permitia a desapropriação de terras produtivas que não estivessem cumprindo sua função social.

O famigerado Centrão, com o apoio da UDR, conseguiu parar o coração da Assembléia Nacional Constituinte, pois a reforma agrária constitui-se na mais importante bandeira de luta. É nela que o povo vê a única saída para a crise generalizada que enfrenta o país, bem como a forma de pacificar a nação, que vive hoje em permanente estado de guerra civil.

Como explicar que constituintes eleitos pelo voto popular, para defender os interesses da maioria da população brasileira, tenham favorecido latifundiários e grileiros? Não vemos outra justificativa a não ser a alta traição aos ideais democráticos e de justiça social da nossa população.

O chamado Centrão enlameou a Casa do Povo, e envergonhou o Brasil perante as nações mais progressistas do mundo.

Mas ninguém perde por esperar. O povo saberá responder à altura aos traidores da pátria. Queiram ou não os reacionários encastelados no poder, ou os lobos travestidos de cordeiros, o país caminha para uma nova ordem social. É só uma questão de tempo.

O eleitor brasileiro saberá, no momento oportuno, distinguir os políticos compromissados com a paz social, entregando para sempre os entreguistas, compromissados com o capital internacional, com as multinacionais e com os latifundiários, que nada produzem, a não ser órfãos e viúvas, no meio rural.

A guerra a que nos referimos está clara e patente, não só no número de mortos, mas pelo volume bélico concentrado nos campos de batalha.

Hoje, com a UDR, estão articuladas todas as forças de direita. E não é para menos que um dos peixes graúdos da famigerada entidade declarou recentemente em alto e bom tom que "hoje já podemos confessar. Temos mais ou menos 70 mil armas, representando a cabeça de cada homem da UDR".

Como vemos, a guerra está em pleno andamento.

É lamentável que, pelo menos por enquanto, tenhamos perdido uma das batalhas mais importantes: a batalha dentro da própria Casa do Povo. Mas queremos deixar claro que a derrota se deu não por ser esta parcela de traidores representativa da população de nosso país. Mas sim porque a maioria deles são políticos de duas caras: fizeram uma pregação em praça pública e hoje relegam o país à sua própria insignificância.

Raquel Capiberibe
PSB — AP

Carta ao leitor



Mais pressões

Após dias e dias de difíceis negociações, a Constituinte votou, sob intensa pressão de múltiplos interesses, a ordem econômica. Superou até o "buraco negro" no capítulo da reforma agrária, tema em que as duas faces do problema — o econômico e o social — se cruzam e tocam no mais sagrado instituto do sistema capitalista, que é o direito de propriedade.

Além das pressões da sociedade, que são necessárias e legítimas, a ANC cumpre sua missão em momento em que o país vive séria, extensa e profunda crise. A conjuntura reflete-se no desempenho de uma assembléia que é representativa do Brasil real e que deve fazer um texto para o Brasil real, que sonha e que sofre. O caráter democrático da Constituinte explica não só as dificuldades ocorridas ao longo do processo de votação como a feição ora analítica, ora sintética, do texto. Na verdade, nunca uma Constituinte brasileira foi tão aberta e tão sensível à participação da sociedade. Por isso, até nas possíveis falhas, a Carta será o espelho da realidade nacional.

Ao documentar mais esta fase dos trabalhos, o JC analisa o que significará para os brasileiros o sistema tributário aprovado e destaca as comemorações do centenário da abolição da escravidão.

A partir desta semana, a Constituinte começa a votar o título da ordem social, quando tomará posições importantes sobre saúde, previdência e assistência social, educação, ciência e tecnologia, comunicação, meio ambiente, família, criança, idoso e índios.

Na ordem social, mais pressões vêm aí.

Daniel Machado
Coordenador do JC

Avanço social

A reforma agrária constitui fundamentalmente uma forma de intervenção do Estado na propriedade privada e, por extensão, no domínio econômico, assim como a redistribuição da propriedade territorial rural, pela modificação na posse e no uso da terra. Quando o estado discrimina as suas terras devolutas, está, na verdade, procedendo a uma modificação na posse daqueles bens. Da mesma maneira, quando adquire imóveis rurais através do Proterra, Funterra, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.179/71, para posterior redistribuição, está reformando a estrutura fundiária.

Posto isso, chamo a atenção para a necessidade de deixar esclarecido que, em termos jurídicos, a reforma agrária é uma realidade bem mais abrangente do que as desapropriações por interesse social — embora sejam estas a forma mais comumente utilizada. Isso se deve ao fato de que a reforma agrária se utiliza de todos os aparatos legais para proceder à redistribuição de terras. Um programa de reformas deve partir de institutos jurídicos bem definidos.

A reforma agrária deve, por sua função natural, amparar a propriedade da terra à luz dos interesses da economia rural, observando também se a função social está sendo cumprida, já que ela busca atingir objetivos complementares aos da reforma agrária. São dois institutos jurídicos que se completam, sem, contudo, confundirem-se entre si.

Como principais objetivos da reforma agrária apontamos o atendimento aos princípios da justiça social e a promoção do aumento de produtividade, que devem estar a serviço do bem-estar coletivo, afastando toda e qualquer possibilidade de tais propósitos serem negligenciados, já que a reforma agrária tem amplo sentido social e deve fazer parte da vida de todo o país, sem restringir-se ao meio rural.

Apenas dividir imóveis rurais, independentemente de suas características, seria irreal, pelo menos no atual estágio. Na verdade, o Estado, ao assegurar o direito e a garantia individual à propriedade privada, inclusive com destaque na futura Carta política, cerca a reforma agrária de uma compreensível rigidez em termos jurídicos, apontando expressamente a sua definição e os casos em que pode ocorrer, além de fixar claramente os seus objetivos.

O aspecto que, bem definido, dará sustento e garantirá o sucesso das medidas reformatórias é a destinação econômica. Essa exploração deve harmonizar-se com as modernas conquistas tecnológicas e com os primados econômicos. É imperativo que se extraia da terra as riquezas que possa oferecer, mas sem, contudo, exauri-la. Há que se abolir o empirismo e os costumes antieconômicos e anti-sociais. Os trabalhos da Constituinte estão de parabéns, na medida em que viabilizaram a inclusão, nas disposições transitórias constitucionais, do instituto da reforma agrária. Sem dúvida, foi um grande avanço social.

Constituinte Nilson Gibson
PMDB — PE

EXPEDIENTE

Jornal da Constituinte — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Presidente — Ulysses Guimarães; Primeiro-Vice-Presidente — Mauro Benevides; Segundo-Vice-Presidente — Jorge Arbage; Primeiro-Secretário — Marcelo Cordeiro; Segundo-Secretário — Mário Maia; Terceiro-Secretário — Arnaldo Faria de Sá. Suplentes: Benedita da Silva, Luiz Soyler e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso M. de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Nunes Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Ademar Silveira Sabino
Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto
Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel V. de Magalhães

Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Secretários de Redação Adjuntos — Paulo Domingo R. Neves e Sérgio Chacon

Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barrie Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Leonidas Gonçalves

Ilustração — Gaetano Ré
Secretário Gráfico — Eduardo Augusto Lopes

EQUIPE DE REDAÇÃO

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Carmem Vergara, Regina Moreira Suzuki, Maria de Fátima J. Leite, Ana Maria

Moura da Silva, Vladimir Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, Marco Antônio Caetano, Eurico Schwinden, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Clovis Senna, Luiz Cláudio Pinheiro, Marlise Ilhesca e Domingos Mourão Neto.

EQUIPE FOTOGRÁFICA

Reinaldo L. Stavale, Benedita Rodrigues dos Passos, Guilherme Rangel de Jesus Barros, Roberto Stuckert e William Prescott.

Composto e impresso no Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

Redação: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP
— 70160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569
— Distribuição gratuita

Reforma não atinge quem produz

Emoção, tensão e muita negociação marcaram a votação do capítulo da Reforma Agrária. Mas foi o voto — apertado, mas suficiente — que decidiu a matéria mais política e mais conflitada de toda a Constituinte.

A proteção à propriedade produtiva — seja do tamanho que for — foi garantida por uma votação em separado do texto apresentado pelo relator Bernardo Cabral. De acordo com o Regimento, o texto aprovado no capítulo inteiro teria de receber nova-

mente 280 votos para permanecer no texto da nova Constituição. Recebeu apenas 267, enquanto 253 constituintes votaram “não” e 11 se abstiveram.

Desta forma, uma propriedade, mesmo que não cumpra os requisitos constitucionais, como a exploração racional e adequada, a proteção ao meio ambiente, a observação da legislação trabalhista e o favorecimento do bem-estar de trabalhadores e proprietários, estará livre da possibilidade de desapropriação, desde que seja caracterizada como produtiva.

De acordo com o texto apresentado pelo relator, a propriedade, mesmo produtiva, teria de atender aos pré-requisitos para o cumprimento da função social. Caso um deles não estivesse sendo atendido, a lei determinaria um prazo para que o proprietário pudesse cumpri-lo.

Com a falta de 13 votos para a confirmação do texto do relator, a propriedade produtiva fica livre da possibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária.

Título VII — Da Ordem Econômica e Financeira (continuação)

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

Votaram: 536
Sim: 528
Não: 4
Abstenção: 4

Essa votação aprovou o texto de todo o capítulo, nos termos do trabalho elaborado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB — AM), após a rejeição, por falta de quórum, das redações oferecidas pela emenda coletiva do Centrão e pela Comissão de Sistematização, o que ocasionou o “buraco negro”.

Art. 218 — Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º — As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º — O decreto que declarar o imóvel como, de interesse social, para fins da reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º — Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º — O Orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária, no exercício.

§ 5º — São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 219 — São insusceptíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I — a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que o seu proprietário não possua outra;

II — a propriedade produtiva. Parágrafo único — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social.

Votaram: 531
Sim: 267
Não: 253
Abstenção: 11

Com essa votação ficou definida a retirada do texto do relator de termos que abriam uma exceção para a desapropriação da propriedade produtiva. A expressão “cuja inobservância permitirá a sua desapropriação, nos termos do art. 218”, contante do final do parágrafo recebeu pedido para ser votada em separado, segundo requerimento assinado por 199 constituintes — regimentalmente são necessários pelo menos 187 assinaturas. Para que a expressão fosse mantida, eram precisos 280 votos favoráveis.

Art. 220 — A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, os seguintes requisitos:

I — aproveitamento racional e adequado;

II — utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III — observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV — exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Art. 221 — A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva dos setores de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I — instrumentos creditícios e fiscais;

II — preços compatíveis com os custos de produção e garantia de comercialização;

III — incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV — assistência técnica e extensão rural;

V — seguro agrícola;

VI — cooperativismo;

VII — eletrificação rural e irrigação;

VIII — habitação para o trabalhador rural.

§ 1º — Incluem-se no planejamento agrícola previsto neste artigo as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º — Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

Art. 222 — A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional

de reforma agrária.

§ 1º — A alienação ou concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a 2.500 hectares a uma só pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º — Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Art. 223 — Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único — O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 224 — A lei regulará e limitará a aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e fixará os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

Art. 225 — O trabalhador ou trabalhadora não proprietário de imóvel rural ou urbano, que posua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra não superior a 50 hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho, ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

O restante do texto não mereceu reparos da parte do Plenário, prevalecendo a redação proposta pelo relator.

CAPÍTULO IV DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Votaram: 472

Sim: 457

Não: 12

Abstenção: 3

Com essa votação, o Plenário da Constituinte acatou o texto base da emenda coletiva do Centrão para todo o Capítulo IV, ressalvados os destaques.

ESTRUTURAÇÃO.

Art. 225 — O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, será re-

gulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre:

I — a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização;

Votaram: 457
Sim: 289
Não: 153
Abstenção: 15

Nessa votação foi aprovada fusão de emendas de autoria dos constituintes José Carlos Coutinho (PFL — RJ), Milton Lima (PMDB — MG) e Aloísio Vasconcelos (PMDB — MG) que aditou o trecho final à redação do inciso I, o qual vedou às instituições bancárias participarem de atividades não previstas na Constituição.

II — a autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como dos órgãos oficiais e resseguradores;

CAPITAL ESTRANGEIRO

III — as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

a) os interesses nacionais

b) os acordos internacionais

IV — a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas;

V — os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

VI — a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;

VII — os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;

VIII — o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam dispor de condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras;

Votaram: 427
Sim: 421
Não: 1
Abstenção: 5

Esse resultado indica a aprovação pelo plenário de fusão de emendas dos constituintes Brandão Monteiro (PDT — RJ), Osvaldo Almeida (PL — RJ), Simão Sessim (PFL — RJ), Aloísio Vasconcelos (PMDB — MG) e Paulo Macarini (PMDB — SC). O resultado da fusão permitiu suprimir uma letra do inciso III e que fosse dada uma nova redação para os incisos V e VIII.

TAXAS DE JUROS

IX — as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano. A cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura, punida, em todas as suas modalidades, nos termos em que a lei determinar.

Votaram: 460
Sim: 314
Não: 112
Abstenção: 34

Essa votação determinou a decisão da Constituinte de incluir no texto da Constituição um novo inciso, de acordo com os termos de emenda de autoria do constituinte Fernando Gasparian (PMDB — SP), criando, assim, o preceito constitucional de limitar a cobrança de juros.

§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

Os dois últimos parágrafos foram aprovados nos termos da emenda do Centrão, sem qualquer modificação.

(Continua na próxima edição.)

Reforma agrária agita o debate

De novo a reforma agrária ocupou a maior parte dos debates em plenário durante a semana, enquanto nos bastidores se lutava por um acordo que viabilizasse sua votação. E, de tudo o que foi dito ou deixado de dizer, restou o saldo positivo de ter-se conseguido afastar o que mais era temido: que a reforma agrária caísse em um "buraco negro", ou seja, deixasse de constar da nova Carta. Exorcizado o fantasma, com a aprovação na terça-feira do texto-base do relator,

Nos debates preliminares à votação da reforma agrária, o constituinte Fernando Santana (PCB — BA), falando em nome da liderança do seu partido, lembrou que o Brasil foi colonizado na base do latifúndio, sendo profundas as raízes do problema da concentração da propriedade da terra no país. "Ainda hoje o processo de apropriação da terra está sendo feito de maneira terrivelmente contrária aos interesses do país e do povo", disse Santana, apresentando dados segundo os quais 3,9% dos proprietários rurais detêm 53,3% da área agricultável, enquanto 96,1% dos proprietários ficam com os restantes 46,7%. "Vejam como tudo está organizado de maneira a permitir que a estrutura fundiária freie o desenvolvimento nacional", comentou o representante da Bahia.

"Creio que o bom senso dos brasileiros deve, de uma vez por todas, abrir caminho para que a reforma agrária se faça dentro de melhor espírito de cooperação, sem que se garanta o latifúndio permanentemente", sustentou Fernando Santana. Para ele, se a propriedade improdutiva puder ser defendida como produtiva, até que se torne realmente produtiva, o processo de reforma agrária se verá engessado.

FICÇÃO

Bonifácio de Andrada, por seu lado, mostrou a necessidade de se defender a propriedade produtiva. Ele viu no bojo do texto do relator um dispositivo que criava, para o meio rural, "uma ficção jurídica que penaliza, castiga e persegue a empresa rural produtiva", ficção essa representada — a seu ver — pelo trecho que exigia o cumprimento de função social por parte dessa empresa produtiva, sob pena de desapropriação. Tal dispositivo, de acordo com Bonifácio de Andrada, configurava uma grande injustiça, na medida em que a exigência nele contida não é feita em relação à empresa urbana. Para ele, o que se procurava, na verdade, com essa exigência, eram mecanismos contrários à grande propriedade rural, que — segundo lembrou — luta para produzir alimento para todas as camadas da população.

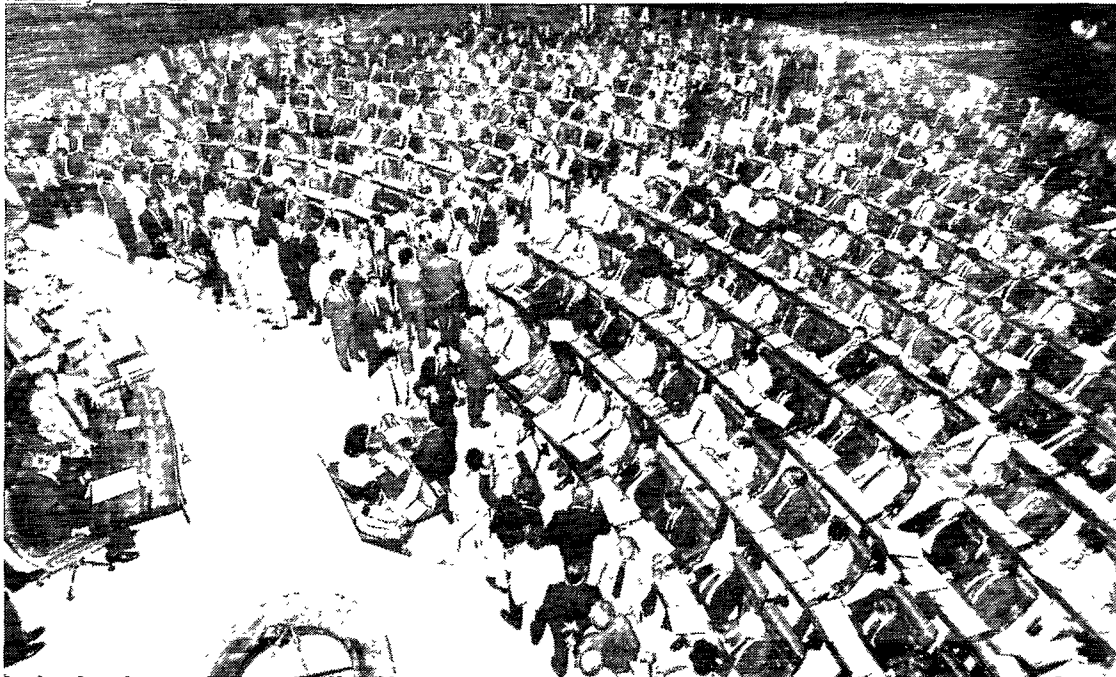
PROGRESSO ESTANCADO

Fernando Henrique Cardoso, ao encaminhar a votação, disse da esperança de todos de que a Constituição promulgue uma Carta que permita a modernização e a democratização do país, mas lamentou que, naquele exato momento, em que a questão mais tradicional da reformulação da vida econômica e social brasileira ia ser discutida, os constituintes não fossem capa-

discutiu-se ainda, residualmente, em torno do que foi aprovado, tido como vitória para uns e mal digerido por outros. Mas foi dentro do ponto fundamental — se a propriedade produtiva estaria sujeita ou não à desapropriação — que a polêmica mais se acentuou. Fernando Santana (PCB — BA) e Amaury Müller (PDT — RS), por exemplo, alinharam argumentação em favor do cumprimento da função social das terras produtivas, apelando até para o bom senso de seus pares, para que se pudesse abrir um caminho para

a efetiva realização da reforma. Del Bosco Amaral (PMDB — SP) e Gerson Peres (PDS — PA) salientaram a importância da linha conciliatória, com críticas aos radicalismos da direita e da esquerda. E no encaminhamento, a palavra de Fernando Henrique Cardoso (PMDB — SP), Bonifácio de Andrada (PDS — MG), Gastone Righi (PTB — SP), Ricardo Fiuza (PFL — PE), Ronan Tito (PMDB — MG) e Sandra Cavalcanti (PFL — RJ).

ADIRP/Reynaldo Stavale



Os constituintes compareceram em massa para votar o polêmico tema da reforma agrária

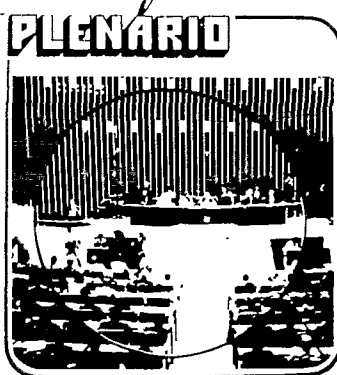
zes de fazer um texto que repetisse, sequer, o que os militares fizeram. Para ele, era mesmo motivo de vergonha que se tivesse que defender um texto tão tímido e, mais ainda, que a defesa desse texto encontrasse ainda óbices por parte dos que dele queriam excluir o trecho que permitia a desapropriação da terra que não cumprisse sua função social, "sem o qual o grande esforço feito para permitir algum progresso na questão agrária estará estancado".

PRIMAZIA SOCIAL

Ronan Tito (PMDB — MG) começou por citar o papa João Paulo II ("sobre toda a propriedade pesa uma hipoteca social") para defender a íntegra do texto-base elaborado pelo relator, enfatizando a primazia do social sobre a propriedade. "Nós todos, de lá e de cá neste plenário, todos brasileiros, queremos a propriedade produtiva — disse —, mas, desde o primeiro capítulo desta Constituição até o último, o que não podemos perder de vista é a pessoa humana, é o social". Em sua opinião, não é mais do que sofisma a afirmação de que a produtividade passa por cima de tudo, pois entende que o povo tem necessidades que vêm em primeiro lugar. "E se perdermos essa oportunidade extraordinária de cravarmos na Constituição o direito de que os despossuídos possam ter a propriedade da terra pela lei, eles poderão ir buscá-la, como fizeram no passado, contra a lei", concluiu.

CLAMOR DOS CAMPOS

Por sua vez, o constituinte



"Creio que o bom senso dos brasileiros deve abrir caminho para que a reforma agrária se faça dentro do melhor espírito de cooperação."

Amaury Müller (PDT — RS) defendeu uma decisão inteligente para a questão da reforma agrária, que seja capaz de harmonizar interesses contraditórios e dotar o país de uma legislação constitucional que permita a decolagem do meio rural rumo a um desenvolvimento racional e equilibrado. "Temos o dever de ouvir o clamor que emana das ruas e dos campos", afirmou Amaury Müller.

Acrescentou o representante do Rio Grande do Sul, após dar o seu apoio à proposta de reforma agrária do relator Bernardo Cabral, ser "importante e fundamental que a terra seja transformada em um poderoso instrumento de pressão econômico-social dos milhões de brasileiros que estão proibidos de ter uma vida digna e decente, vivam eles no campo ou vegetem nas fimbrias de miséria das cidades".

COISA SÉRIA

Pela Liderança do PDS falou o constituinte Gerson Peres (PA), que começou afirmando que seu partido se tem posicionado numa linha conciliatória em relação à reforma agrária. Disse Gerson Peres não haver o que temer em relação às desapropriações, já que a palavra final será sempre do Poder Judiciário. "Eu teria medo da desapropriação da propriedade produtiva se não acreditasse na Justiça do meu país".

Gerson Peres lembrou a afirmação do papa João Paulo II, de que sobre cada propriedade produtiva pesa uma hipoteca social, e defendeu uma solução sem radicalismo, diferente tanto das propostas da UDR como das propostas da Contag. "A reforma agrária é coisa séria, tem que ser redigida com equilíbrio, sem passionalismo ou emoções, mas com patriotismo, com confiança, sobretudo confiança no Poder Judiciário, que acaba de ser fortalecido por nós nesta Constituição justamente para cumprir a missão de julgar com justiça as desapropriações e não permitir que se destrua ao arbítrio

das idéias antagônicas a propriedade produtiva, que, por si só, cumpre e deve cumprir a função social".

INTRANSIGÊNCIA

Já o constituinte Aldo Arantes (PC do B — GO) denunciou a "intransigência" dos latifundiários e da entidade que os representa — a UDR — na questão da reforma agrária. Disse Aldo Arantes que a UDR não quer, de forma nenhuma, a reforma agrária, e desencadeou uma campanha nacional na tentativa de impedi-la.

"A questão fundiária é um problema da maior gravidade", prosseguiu o representante do PC do B, explicando que "a concentração da terra é responsável por uma situação de níveis baixos de produtividade nas grandes extensões territoriais deste país, que deveria ser um dos maiores produtores do universo, dando condições de incorporar milhões e milhões de trabalhadores na atividade produtiva".

CONFISCO

O constituinte Gastone Righi (PTB — SP) preferiu chamar a atenção para o fato de que estava sendo deformada a postura adotada pelo Centrão que, para alguns, não desejaria que a propriedade produtiva fosse desapropriada. Não é essa a questão que se põe hoje no plenário — assegurou — mas sim se a propriedade rural produtiva pode ser confiscada com o pagamento em títulos da dívida agrária, em 20 anos, e 2 anos de carência. Segundo Gastone Righi, é um verdadeiro crime, imaginar-se que alguém que desbrave o sertão e transforme uma terra hostil em produtiva, em favor do desenvolvimento, possa ser confiscado. Ele tem como certo que os que sustentam o direito ao confisco à propriedade produtiva visam tão somente a desestabilizar o sistema econômico e criar um preconceito em relação à propriedade rural.

PIRAMBEIRAS

Em nome da liderança do PMDB falou o constituinte Vicente Bogo (RS), que criticou a tese, defendida pelo Centrão, de que apenas as terras improdutivas possam ser desapropriadas. Argumentou Vicente Bogo que o conceito de terra produtiva é difícil de ser precisado, ao ponto de dois organismos governamentais, o IBGE e o INCRA, possuírem interpretações diferentes a este respeito.

"Na prática, a passar o preceito de que terras produtivas não podem ser desapropriadas, restarão apenas, para esta finalidade, as terras improdutivas. E se, eventualmente, os tribunais se fixarem

no conceito de fertilidade para definir o que é terra produtiva, ficaria para a reforma agrária apenas os carrascais, charcos, areões, picarras e pirambeiras. E isso, é claro, nem os trabalhadores nem a racionalidade aceitarão" — sustentou Vicente Bogo.

Ao finalizar seu pronunciamento, o representante do PMDB gaúcho advertiu não ser possível "que o fascismo truculento que tem ocorrido por fora da Assembleia Nacional Constituinte e também dentro dela inviabilize o mínimo de mecanismos para a realização da reforma agrária no Brasil".

VITÓRIA DE PIRRO

Já o deputado Francisco Küster (PMDB — SC), ao defender a reforma agrária, afirmou que "a terra representa tudo para o ser humano, pois dela emanam todos os valores, e a terra precisa ser explorada de forma racional e humana". Frisou Küster que a terra também é um "instrumento de poder dos poderosos", destacando ainda que as instituições financeiras estão agora aplicando os seus excessos, os seus lucros, na aquisição de terras.

Para Francisco Küster, "é preciso que a propriedade da terra cumpra a função social, e a hipoteca social da terra a ser resgatada é muito grande". Na opinião do representante de Santa Catarina, a nova Constituição não poderia deixar de contemplar a reforma agrária, pois isto seria "uma vitória de Pirro dos setores mais conservadores e atrasados da sociedade brasileira, porque a médio e longo prazos a reforma agrária viria não pela forma pacífica como queremos, mas pela via revolucionária".

MAIORIA

Pelo PT falou o constituinte Olívio Dutra (RS), ressaltando que o presidente da CUT, Jair Meneghelli, tem demonstrado o seu interesse, em nome dos trabalhadores, em discutir propostas claras e objetivas em torno da reforma agrária, bem como negociações e acordos. "Eis que chegaram aqui representantes da UDR, com outra visão, com interesses diametralmente opostos, dispostos a não fechar acordos sobre coisa alguma e a tentar virar a mesa", denunciou Olívio Dutra.

"Quem efetivamente representa a maioria do povo brasileiro?" — perguntou Dutra: "O companheiro Meneghelli, em nome dos trabalhadores do campo e da cidade, disposto a dialogar, sem abdicar de posições claras e objetivas, ou os representantes do grande latifúndio, que vêm aqui tentar empurrar sobre os constituintes as suas vontades e a vontade de uma minoria?"

Destacou Olívio Dutra que o povo brasileiro há séculos reclama uma reforma agrária, e que a propriedade rural precisa ser definida com base em sua função social, para que fique aberta a possibilidade da reforma agrária.

PSICANALISTA

O constituinte Del Bosco Amaral (PMDB — SP), ao abordar a questão da reforma agrária, teceu críticas tanto ao presidente da UDR, Ronaldo Caiado, como ao presidente da CUT, Jair Meneghelli. "A extrema direita e a extrema esquerda vivem de suas almas gêmeas. Qual a diferença entre o braço sindical do PT, dos panfletários que colocam cartazes, que praticam o terror noturno

contra as famílias dos constituintes, e Ronaldo Caiado, com suas declarações muitas vezes grosseiras contra aqueles que professam idéias ou não seguem a sua ideologia em relação ao trato que se deva dar ao assunto terra?" — indagou Del Bosco Amaral.

Para ele, que defendeu uma solução sem radicalismo para a questão agrária, a UDR é legítima e reúne proprietários de terras pequenos, médios e grandes "que estão assustados com certos avanços dos chamados progressistas cubanizantes". Mas, destacou Amaral, não é possível que esses proprietários entreguem a liderança desse movimento "a um homem que está muito mais movido pela necessidade de aparecer nos jornais, rádios e televisões". Ao finalizar, Amaral sugeriu a Meneghelli e a Caiado que consultem um psicanalista que os leve à calma e à serenidade dos que sabem ser líderes respeitando a vontade e o direito de pensar dos seus adversários.

EMOÇÃO, NÃO

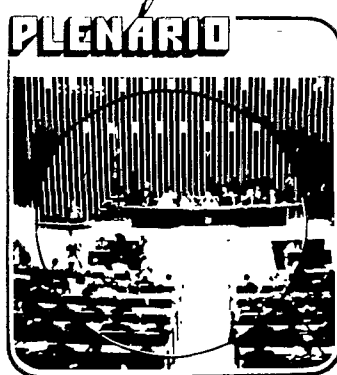
Por seu lado, o constituinte Israel Pinheiro (PMDB — MG) deu todo o apoio à proposta de reforma agrária apresentada pelo relator Bernardo Cabral (PMDB — AM). "Razão e não emoção. Nós só podemos construir esta nação em cima da razão. Infelizmente os debates travados sobre a reforma agrária são extremamente emotivos, fugindo da lógica, do bom senso e sobretudo do espírito de conciliação e de entendimento", disse ele.

Para Israel Pinheiro, a proposta de Cabral atende perfeitamente a quaisquer dúvidas que possam surgir no pensamento dos constituintes ou das lideranças rurais. Acrescentou o representante de Minas Gerais que, em sua opinião, a falha da proposta é que, em vez da expressão "terra produtiva", deveria ter sido usada a expressão "terra explorada", já que a propriedade pode ser explorada e não produtiva, enquanto às vezes a propriedade é produtiva e não é bem explorada. No entanto, Israel Pinheiro elogiou a disposição do relator Bernardo Cabral de remeter para a lei complementar ou or-

ADIRP/Guilherme Rangel



Antes do início da votação, foram intensas as conversas e negociações



Para Israel Pinheiro, a única falha do novo texto do relator foi ter usado a expressão terra produtiva em vez de terra explorada

dinária as decisões relativas às exceções à propriedade produtiva.

MESMA LÍNGUA

Sandra Cavalcanti, constituinte pelo PFL do Rio de Janeiro, defendeu o texto elaborado pelo relator Bernardo Cabral em relação à reforma agrária.

Segundo a constituinte, não havia motivos para que grupos mais conservadores demonstrassem preocupação, pois nós estamos desde 1969 com uma Constituição que põe em prática o Estatuto da Terra, que é socializante, em que a propriedade rural não tem nenhuma garantia, nem o fato de ser produtiva, pequena ou média, em síntese, um texto forte".

Esse mesmo texto, disse ainda a constituinte, trouxe a inquietação e o desassossego ao campo do Brasil. Dessa forma, nada mais justo, considerou Sandra Cavalcanti, do que se procurar uma saída democrática, que traga paz pa-

ra o país, já que todos os constituintes estão "falando a mesma língua".

CRIME

O constituinte Ademir Andrade (PSB — PA) afirmou que, se dependesse da sua vontade e da vontade do seu partido, não ficaria um único latifúndio no país que não fosse desapropriado, para que se fizesse a reforma agrária e para que cada trabalhador rural tivesse o seu próprio pedaço de terra para trabalhar. Ademir Andrade denunciou irregularidades cometidas pelo Ministério da Reforma Agrária na desapropriação de alguns castanhais no Pará. Segundo o representante do PSB, foram feitas desapropriações com pagamento de indenizações, em títulos da dívida agrária, por valores absurdos, quatro vezes superiores ao preço normal de mercado.

"Os fazendeiros receberam um prêmio maior que o da loteria, que o da sena", disse Ademir Andrade, ainda se referindo às desapropriações dos castanhais. E concluiu: "É isso que não podemos aceitar, porque se for para fazer reforma agrária deste tipo logo estaremos endividados com títulos da dívida agrária e não teremos condições de prosseguir na obra de dar terra aos trabalhadores rurais; é esse o motivo da nossa condenação, e consideramos isso um verdadeiro crime que se faz contra o patrimônio desta Nação".

BIOMBO

Já o constituinte Osvaldo Macedo (PMDB — PR) defendeu tanto a propriedade como a necessidade de ela cumprir sua função social. "Acho que a propriedade produtiva tem que ser preservada, mas entendo que aqueles que dizem defender a propriedade produtiva estão, no entanto, pondo em risco a propriedade produtiva". Macedo apoiou o texto do relator Bernardo Cabral quando torna a propriedade insusceptível de desapropriação desde que cumpra a sua função social. Para o representante do Paraná, este texto está em defesa da propriedade produtiva, "e os que assim não entendem querem pôr o produtor rural e a

propriedade produtiva na insegurança".

"Quem assim não entender" — prosseguiu Osvaldo Macedo — "não quer garantir o investimento em propriedades produtivas ou em vias de produção". E em seguida perguntou: "Para quê? Para manter a intranquilidade no país, para manter a discórdia, para manter um biombo a especuladores agrários?"

SOBREVIVÊNCIA

A constituinte Irma Passoni (PT — SP) homenageou "os brasileiros que, durante décadas, lutaram para sobreviver como cidadãos neste país, defendendo o solo realmente produtivo. É o trabalhador rural, que trabalha a terra, que produziu efetivamente para a sobrevivência e para a alimentação básica da população brasileira".

Salientou ainda a constituinte que milhares de trabalhadores rurais, crianças, jovens, adultos, homens e mulheres morreram para defender o direito da sobrevivência e para defender o direito de serem cidadãos brasileiros.

Continuando, Irma Passoni, lembrou que "somos 140 milhões de brasileiros e temos o direito de possuir a terra, e não simplesmente um mingaudo de pessoas que possuem uma porcentagem de terra imensa, contra milhões que nada possuem".

Esclareceu também que o pequeno e médio proprietário jamais serão protegidos pelos grandes latifundiários. Essa proteção virá de uma política agrícola sustentada por aqueles que querem a reforma agrária, e não por aqueles que resistem, que matam, que destroem aqueles que querem produzir".

ALTERNATIVA

Já o constituinte Ricardo Fiuza (PFL — PE) sugeriu a alternativa de ser incluída no texto a função social da propriedade produtiva nos seguintes termos: "A lei garantirá especial tratamento à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social".

Sobre a desapropriação disse ser importante garantir que a propriedade produtiva que sofrer esse tipo de sanção não fique sujeita apenas ao pagamento em títulos da dívida pública.

Ricardo Fiuza terminou concluindo os constituintes a fazerem uma reforma agrária sem demagogias, sem destruir a estrutura produtiva do campo e que transforme o Brasil em um país moderno.

RELATOR

Por fim, o relator Bernardo Cabral negou que existisse disposição no texto que produziu que penalizasse, perseguisse ou criasse mecanismos negativos contra a propriedade rural, como garantira anteriormente o constituinte Bonifácio de Andrada. Lembrou que, de acordo como o texto, desde logo estava insusceptível de desapropriação a pequena e a média propriedade rural, bastando que seu proprietário não possuísse outra. Com isso — asseverou — foram afastadas 90% das terras brasileiras da possibilidade de desapropriação. A grande realidade, de acordo com Bernardo Cabral, é que se intentava com o texto afastar o que chamou de "garrote do Estatuto da Terra que — segundo teria ouvido de proprietários rurais — se tivesse sido levado a efeito, teria sido um desastre para o país".

Axé, negritude. Axé!

Foi uma tarde de festa, em que o forte sabor do acarajé, a cadência da capoeira e do maculelê e a palavra eloquente de senadores e deputados reafirmaram a raça negra e sugeriram reflexões sobre a situação em que ela se encontra econômica, cultural e socialmente, cem anos depois da assinatura da Lei Áurea. Reflexão, aliás, foi o substantivo mais encontrado nas orações dos negros Carlos Alberto Caó, Edmilson Valentim, Paulo Paim e Benedita da Silva; do mestre Afonso Arinos, do primeiro-secretário da Câmara, Paes de Andrade, e do presidente do Senado, Humberto Lucena, cujos discursos marcaram a sessão solene com que o Congresso Nacional festejou o Centenário da Abolição, na última quinta-feira.

A sessão foi um momento de densa significação, pela presença de parlamentares e centenas de populares da raça negra, pelo seu sentido histórico e pela sinceridade das colocações em favor da igualdade das raças e da necessidade da promoção de maiores oportunidades para os negros que se afirmam, hoje, juridicamente livres, mas socialmente ainda discriminados e incluídos entre os grupos minoritários, apesar de sua expressão numérica e de sua participação na criação da raça brasileira. Muito se falou sobre o sofrimento do negro escravo no passado, ao mesmo tempo em que se denunciou a situação do negro favelado, desempregado e marginalizado de hoje.

Mas falou-se muito de esperança. Afinal, a tarde era sobretudo de festa. Por isso que, tão logo encerrou-se a sessão no plenário da Câmara, foram todos para o Salão Negro do Congresso, onde houve a abertura de uma exposição de documentos relativos à Abolição, organizada pela Secretaria de Documentação e Informação do Senado, seguida do lançamento do livro "A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Lutas (1823-1888)". A festa terminou com a apresentação de capoeira e maculelê (misto de jogo e danças de bastões que surgiu em Santo Amaro da Purificação, na Bahia), e com um coquetel em que foram servidos pratos típicos da culinária afro-brasileira. Foi uma tarde axé!

"Tão densa e tão cruel é a memória da escravidão que muitos se perguntam se há alguma coisa a comemorar neste ano do Centenário da Abolição. É preciso mergulhar na história da luta abolicionista e na história universal da própria escravidão para uma avaliação correta das responsabilidades do Brasil na manutenção da escravidão e do passo político a que chegamos a 13 de maio de 1888, proclamando a libertação dos escravos" — afirmou o deputado Paes de Andrade (PMDB — CE), que falou pela Câmara. Ele colocou a escravidão como uma nódoa, cuja sombra ainda é muito incômoda em nossa história, porque sua projeção residual até hoje aflige e envergonha o perfil de nossas estruturas sociais, com a marca da iniquidade e dos desníveis culturais e econômicos que desfiguram a realidade brasileira.

Diferente na forma, mas semelhante no conteúdo, foi a fala do deputado Carlos Alberto Caó (PDT — RJ), que discursou em nome da Assembleia Nacional Constituinte. Segundo Caó, "a permanência e a predominância do autoritarismo em nosso país se relacionam, sem dúvida, com o fato de que nada menos do que quatro quintos de nossa história transcorreram sob o signo da escravidão enquanto forma de propriedade e de produção — sistema que, por definição, se baseia na violência e na tortura, tecnologias que, modernizadas e refinadas, continuaram sendo aplicadas em tempos recentes a cidadãos brasileiros".

Também o senador Afonso Arinos (PFL — RJ), que falou em nome do Senado Federal, se referiu à mácula que foi a escravidão

no Brasil, que ele colocou como uma condição do desenvolvimento econômico resultante da exploração extensiva da terra na cultura da cana-de-açúcar, do tabaco, do algodão e do café, sucessivamente. "Era uma forma primitiva de organização do trabalho, sem qualquer alternativa, como havia acontecido no Egito muitos séculos antes do tráfico de escravos negros para as Antilhas, os Estados Unidos e o Brasil."

O senador Humberto Lucena também se referiu à escravidão dos negros como uma nódoa que não apenas representou uma ordem social monstruosa, que nos expunha à censura indignada do mundo civilizado, como significou o atrelamento a um sistema econômico que subjugou as conveniências das forças de produção que, internamente, consideravam a libertação dos escravos um golpe letal no sistema produtivo.

TRISTE HISTÓRIA

Todos os oradores fizeram referências às atrocidades cometidas contra os negros no período da escravidão no Brasil, deixando a certeza de que aquela foi uma época de triste memória para os brasileiros, e que seus reflexos continuam sendo sentidos na situação econômica, social e cultural do negro, nos dias de hoje. Carlos Alberto Caó lembrou, por exemplo, que o Brasil foi o penúltimo país do mundo a abolir a escravidão (o último foi a Mauritânia) e foi, ainda, o maior consumidor de "peças de ébano" (eufemismo com que se designavam os negros) — aproximadamente 10 milhões em cerca de 300 anos. "A rota dos

ADIRP/Guilherme Rangel



Ladeado por Ulysses Guimarães, Humberto Lucena presidiu a sessão e pregou o fim das discriminações raciais



navios negreiros era conhecida de qualquer marujo, pois era a mesma dos tubarões: de cada dez negros transportados para cá, apenas sete, em média, chegavam com vida" — disse Caó, ao assinalar que o tráfico negreiro foi o maior crime da história da humanidade, "indescritível, inexplicável".

Benedita da Silva recorreu a Florestan Fernandes para lembrar a tragédia dos negros escravos no Brasil: "os negros eram empurrados a aceitar e engolir tudo, não tinham como lutar e como romper socialmente com a herança da escravidão" (...). E o deputado Paulo Paim citou o trecho de um interrogatório que consta de um processo criminal, ocorrido na cidade de Campinas, São Paulo, no ano de 1871: ao ser interrogado sobre os motivos que levaram a assassinar um homem, seu

A história da Abolição, concretizada há um século, foi lembrada como a própria história do Parlamento brasileiro, pela força com que senadores e deputados da época encararam a luta da libertação, que durou 65 anos — 1823 a 1888

senhor, o escravo Gregório respondeu: "Matei um lobisomem, não matei um homem." Parecenos então — disse Paim — que no escravismo eram os negros que detinham a dimensão da humanidade; residia nos negros a capacidade de distinguir barbárie de humanidade.

Paes de Andrade, por sua vez, mostrou que o último censo do Ministério da Agricultura, antes de 13 de maio de 1888, apontou a existência de 403 mil e 98 ne-

gros escravos no Norte e 840 mil e 752 no Sul, totalizando 1 milhão e 243 mil e 850 negros. São Paulo, Rio e Minas, então chamadas as três províncias negreiras, continham, só elas, 141 mil 970 escravos mais do que todas as outras do Império.

LUTA ABOLICIONISTA

A reação contra o sistema escravagista, ao longo dos séculos de sua existência no Brasil, foi um

capítulo que mereceu especial atenção dos oradores. Afonso Arinos fez um relato histórico do desenrolar dessa luta, enfatizando que foi uma longa campanha de persuasão nacional pela oratória parlamentar, pela ação da imprensa, pela conquista do apoio de toda a sociedade. E observou que a abolição fez alguns dos grandes homens do Império, tanto quanto estes fizeram a Abolição. E Paes de Andrade notou que foi no plenário da Câmara que tomou corpo o clamor popular pela Abolição, e que foi às mãos dos representantes do povo que o Imperador entregou a tarefa da libertação. "A história da Abolição se confunde com a história parlamentar do país, desde os primeiros anos de consolidação da Independência. Quem quiser tomar conhecimento do que foi a luta pela emancipação não precisará mais do que mergulhar na leitura dos Anais da Câmara. Foi aqui que se fez a Abolição, num episódio parlamentar que ainda hoje é típico do Congresso brasileiro e da vida parlamentar do país". E para mostrar como foi difícil essa luta, Paes de Andrade recordou que os precon-

ceitos eram de tal monta que se chegou a difundir, nas cabeceiras da sociedade, a militante suposição de que os negros não eram seres humanos, mas simples mamíferos semi-racionais. E acrescentou que foi um penoso caminho o do Parlamento até se chegar àquela sessão do dia 8 de maio, quando foi aprovada a Lei Áurea, sancionada cinco dias depois — 13 de maio — pela Princesa Isabel.

Já Paulo Paim salientou que, ao contrário do que as escolas ensinam, o escravismo no Brasil, em nenhum momento, foi um empreendimento pacífico que contava com escravos dóceis, pois muito além de meros instrumentos de produção utilizados pelos senhores de escravos, os negros sempre foram agentes ativos de sua própria história. Paim referiu-se, então, à crescente reação dos negros escravos, que ia desde o banzo às greves de fome, ao assassinato de senhores de escravos, ao aborto praticado pela mãe escrava, às fugas individuais, à preservação da religiosidade africana, às revoltas urbanas, aos quilombos até a saga de Zumbi dos Palmares. Paim também afirmou ser preciso des-

maskar o mito de que a Lei Áurea foi um ato humanitário da Monarquia. Na verdade — disse ele — foi produto de um embate de interesses que tinha como protagonistas, de um lado, os brancos, interessados em manter o seu *status quo* e sua base de dominação; e de outro lado, os negros, interessados em construir uma nova ordem. Esse mesmo enfoque foi destacado por Benedita da Silva, para quem a história oficial continua desinformando, escondendo a verdade que fortalece a luta de uma raça. Do mesmo modo, Edmilson Valentim registrou que o processo de abolição legal não foi um ato de magnanimidade da Coroa (um ano antes, em 1887, a Princesa Isabel mandou fuzilar escravos fugidos), mas se deu como o coroamento de uma longa luta contra a escravidão.

O QUE MUDOU?

Como está a situação dos negros no Brasil, um século depois da Abolição? Esse foi um aspecto que mereceu a análise especial dos vários tradores da sessão solene. Um fato constatado por vários deles é o de que a mesma lei que aboliu a escravidão lançou os negros à sua própria sorte. "Doravante, um novo tipo de escravidão surgia sutil, sorrateira, pífida, tirando qualquer perspectiva de as-

cenção social, política ou econômica. Trocaram o chicote, o tronco e outras coisas mais por canetas, livros, porta social etc., levando o negro a viver desnordeado, como legião dos despossuídos de ram continuidade involuntária às condições impiedosas que lhes foram impostas" — disse Benedita da Silva. Edmilson Valentim, por sua vez, observou que, cem anos depois da Abolição, a realidade do negro pouco se alterou: a maioria continua vivendo e trabalhando em condições bem piores do que a dos brancos, substituíram-se as senzalas pelas palafitas e favelas, e o chicote, que impunha a produção, deu lugar ao subemprego e à exploração capitalista. Disse, mais, o deputado, que a luta do negro, antes contra o senhor de escravos, é hoje contra as classes dominantes, contra o sistema capitalista que oprime todos os trabalhadores, mas particularmente o negro, discriminando-o no mercado de trabalho, impedindo-o do acesso à educação (87% dos brasileiros que cursam o nível superior são brancos).

Na mesma linha de raciocínio, Paulo Paim buscou, na letra do samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira, um verso que, na sua opinião, bem exprime a situação do negro pós-Abolição: "Livre do açoite da senzala, preso à miséria da favela". Para o depu-

REFLEXÃO E LUTA

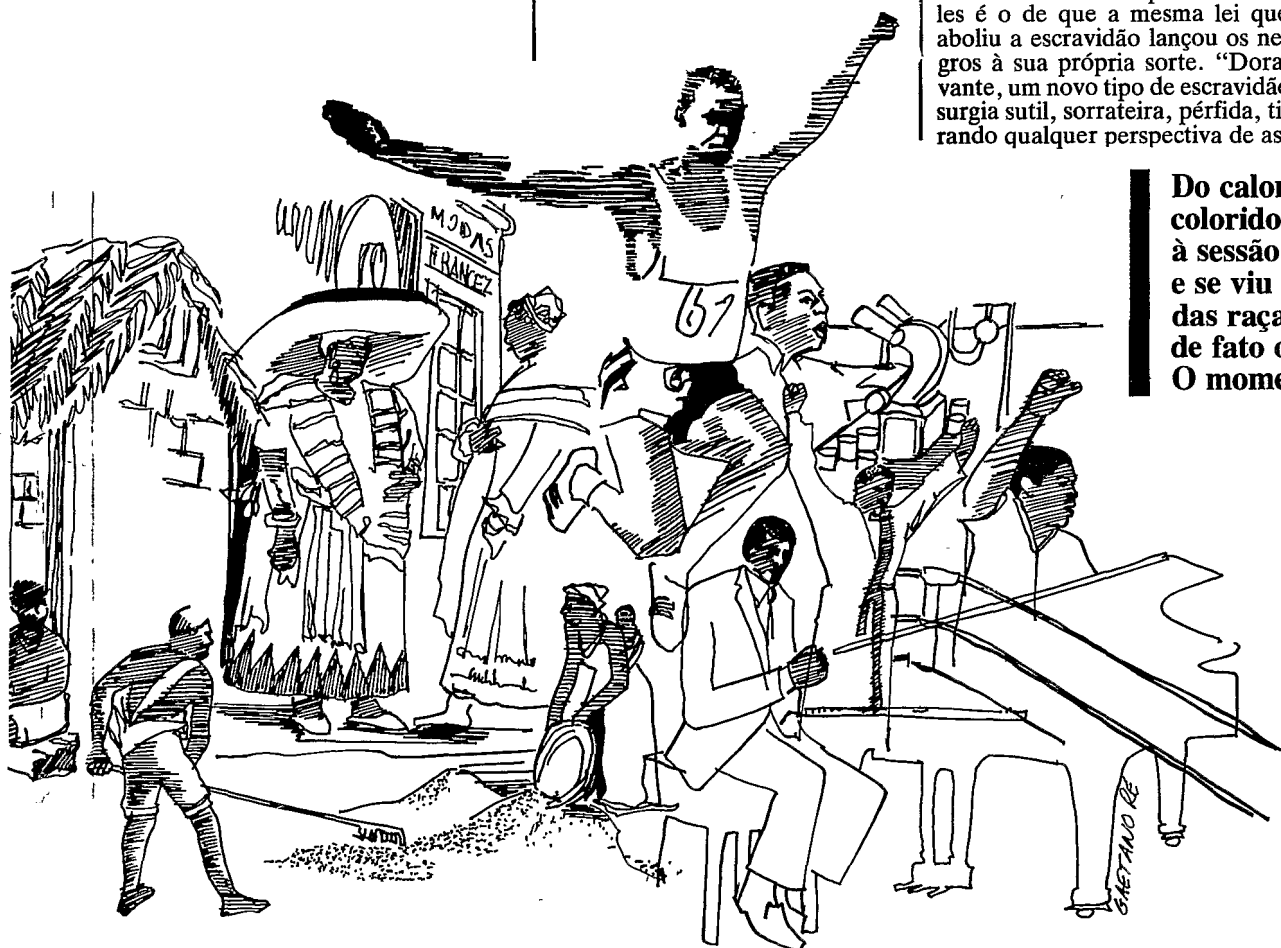
Se os oradores convergiram suas orações para a lembrança do sofrimento dos negros escravos, para a epopéia abolicionista e para a situação de desigualdade social em que os negros se encontram ainda hoje, não foram menos coincidentes em fazer de seus pronunciamentos um chamamento à reflexão e uma palavra de ordem para o prosseguimento da luta, agora pela igualdade social, econômica e cultural.

Para Afonso Arinos, o 13 de Maio deve ser comemorado como uma oportunidade para reflexões de caráter sócio-histórico, despidas de propósitos ideológicos e partidários, ou de ressentimentos raciais, mas reflexões que conduzam a uma visão equilibrada e justa de nosso contexto social, passada, presente e futuro.

Paes de Andrade, por sua vez, lembrou o esforço desenvolvido pelos parlamentares do Império contra a escravidão, para dizer que, hoje, os congressistas constituintes devem se dar as mãos acima de todos os radicalismos, acima dos limites partidários em busca da unidade e da grandeza da Pátria. Benedita da Silva colocou negros e índios na mesma situação de desigualdade, para afirmar que as duas raças devem unir-se na iniciativa de lutar abertamente contra as tentativas de anulação de seus direitos. "O conceito de democracia significa, fundamentalmente para nós, a igualdade social, econômica, racial e política" — disse Benedita.

Já Edmilson Valentim colocou que os negros não devem lutar apenas contra os preconceitos culturais da sociedade atual, mas realizar profundas transformações sociais, econômicas e políticas que possam, efetivamente, acabar com todos os tipos de opressão, de forma que obtenham a verdadeira libertação. Na mesma linha é a advertência de Paulo Paim, convicto de que é grande a responsabilidade do movimento negro na construção de um projeto socialista para o Brasil, "porque enquanto houver dominação de classe, haverá racismo". Nesse sentido, ele recomenda que o movimento negro avance na articulação de suas lutas com as demais lutas dos trabalhadores. Outra medida reivindicada por Paim, agora ao presidente José Sarney, é o imediato rompimento de relações com o regime racista da África do Sul. Carlos Alberto Caó também acha que a luta deve prosseguir, "pois o desafio histórico está diante de nós". "Que tenhamos a capacidade de construir um estado democrático e um ambiente civilizado para a sociedade civil, rompendo as barreiras que têm perpetuado as discriminações, as desigualdades sócio-econômicas e raciais." E, ao finalizar a sessão, o senador Humberto Lucena afirmou que a comemoração dos cem anos da Abolição deve ficar, também, como uma exortação à consciência nacional, para que cultive, como valor indissociável da liberdade, a luta pela supressão de todas as discriminações sociais em favor da integração de todos os brasileiros numa sociedade em que o preconceito racial seja apenas registro histórico, embora trágico.

Paulo Neves



Do calor dos pronunciamentos ao colorido da festa que se seguiu à sessão solene, o que se ouviu e se viu foi a busca da interação das raças, para que o Brasil realize de fato o ideal da plena democracia. O momento ficará na História.

tado, com a abolição formal do trabalho escravo, o racismo brasileiro se redefiniu, criou formas e permanece sendo um poderoso instrumento de exploração e de dominação, largamente utilizado pelo capital e pelo Estado. A propósito, ele salienta que são abundantes os dados que comprovam a segregação e as desigualdades raciais no Brasil contemporâneo. Este é também o ponto de vista de Carlos Alberto Caó, para quem, no contexto de uma crise sem precedentes na história republicana, o modelo imaginário de democracia racial se dissolve diante do aguçamento das discriminações e desigualdades raciais. "Mas do que nunca a Abolição se situa como obra inacabada, incompleta e historicamente frustrada" — acentuou Caó.



Benedita da Silva defende revisão das relações raciais



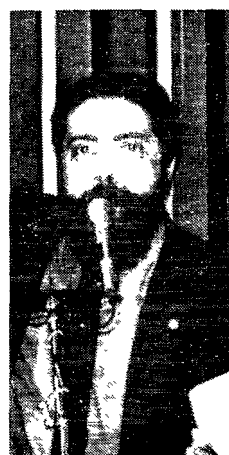
Afonso Arinos pregou uma nova Abolição: contra a miséria



Carlos Alberto Caó quer uma democracia sem discriminação



Paes de Andrade vê na luta abolicionista uma lição



Paulo Paim pede aos negros que lutem pelo socialismo



Edmilson Valentim louva a resistência dos negros

Modelo fiscal será mo

A reforma tributária que a futura Carta vai implantar não significará apenas melhor distribuição do "bolo" dos impostos entre a União, estados e municípios, mas também a modernização do sistema de arrecadação, com a adoção de critérios que permitirão aos estados maior flexibilidade na taxação. Entre outras inovações, ela vai extinguir cinco impostos "únicos" em vigor e há muito considerados obsoletos, que serão agregados a um novo tributo, ela vai criar mecanismos para contemplar regiões menos favorecidas em matéria de desenvolvimento econômico e disponibilidade de recursos naturais, resultando em benefícios para todo o país.

Os constituintes ouvidos pelo JC sobre as mudanças na política tributária destacam aspectos diversos como, por exemplo, o prazo de cinco anos para a transferência de encargos da União aos estados e municípios, o novo modelo fiscal a ser implantado, que fará com que os impostos incidam de maneira diferenciada nas várias regiões ou ainda o fim da centralização da arrecadação e da distribuição de verbas, que sempre dá margem a manipulações.

FEDERAÇÃO

O constituinte César Maia (PDT — RJ) acredita que o principal ganho com o novo sistema tributário, aprovado no plenário da ANC, é permitir que o sistema federativo realmente atinja a prática. Para isso, salientou o parlamentar do PDT, os estados e municípios devem ter as condições de realizar as suas atribuições constitucionais como educação e saúde, por exemplo, e desta forma, precisam ter base de tributação própria para absorver recursos. Em segundo lugar, considerou César Maia, deve-se constituir um fundo que redistribua recursos, em função das diferenças regionais e das diferenças verticais entre governo federal, estados e municípios.

"O texto do projeto de Constituição é muito claro, muito nítido e termina com o coquetel tributário centralizado, que é a atual situação fiscal do país e propõe um novo sistema tributário que tem uma coluna vertebral muito racional", garantiu César Maia. O governo federal contará com um grande imposto que é o Imposto sobre a Renda, e também com os impostos que têm relação com a política econômica: IOF, IPI, Imposto de Importação, Imposto de Exportação e Imposto Territorial Rural, que, segundo ele, será instrumento para a reforma agrária. Os estados contarão com um grande Imposto sobre Circulação de Mercadorias e os municípios, por seu turno, contarão com os impostos que crescem com a urbanização, caso do ISS e do Imposto Predial. Em seguida, ressaltou César Maia, vem o Fundo de Participa-

ção, que redistribui esses recursos, de forma a dar às unidades da federação com menor base de tributação os recursos de que necessitam.

César Maia lembrou, inclusive, como era a distribuição dos tributos em 1965. "Antes do processo de centralização, em 1965/1967, a União tinha aproximadamente 40% no bolo tributário. Os estados tinham 45% e os municípios ficavam com os 15% restantes. Em 1986, essa situação tinha sofrido uma pequena variação: a União havia caído de 50 para 47%, enquanto os estados haviam subido um pouco, para 36%, e os municípios tinham subido igualmente em pequena proporção, atingindo os 17%".

Mas, e com o novo texto aprovado no plenário da Constituinte? "Simplesmente, daqui a cinco anos, entregar o que a União tinha em 1965, ou seja, 40% da receita tributária global disponível, os estados ficarão com outros 40%, o que ainda representa menos do que em 1965, e os municípios, por sua vez, passarão de 17 para 20% ou pouco mais". Esta reformulação, na opinião de César Maia, é uma reforma simples, cristalina e pedagógica, em que a União terá cinco anos para descentralizar encargos e terá um mesmo prazo para ajustar suas despesas para isso. "Pode não ter sido o ideal — sa-

Ao lado dos novos percentuais do bolo fiscal, eles receberão novos encargos. "A maior esperança que tínhamos, como municipalistas, era de que o sistema tributário proposto revelasse maior justiça fiscal, com o estabelecimento do primado do município, bem como a existência de um processo menos burocrático e menos custoso, entretanto, o projeto aprovado não atende estes requisitos, sobretudo porque é produto de um acordo em que figuram como principais artífices os governadores, o relator e o presidente da comissão temática, ainda nas etapas iniciais do processo constituinte".

Desta forma, segundo Irajá Rodrigues, a redistribuição financeira proposta tinha como objetivo central dispositivos que privilegiassem os Estados, em detrimento de um conjunto mais amplo de alterações. "Embora haja um acréscimo de receitas municipais — prosseguiu o parlamentar gaúcho —, da ordem de 27%, não há dúvida de que por outros dispositivos os municípios receberão o encargo de manter a educação fundamental, inclusive no caso do pré-escolar, e a saúde. Só estas duas rubricas deverão consumir e ultrapassar o acréscimo da participação no bolo tributário, fazendo com que a situação do município se torne difícil". Embora a Previdência Social e outras instituições

termediação corruptora, as influências descabidas e do processo de concentração de recursos e poderes". No entanto, de acordo com Irajá Rodrigues, o que se obterá através das propostas vitoriosas no plenário da Constituinte será apenas a transferência "desses males de Brasília para as capitais estaduais". Resumindo: ganham os estados por aumento de receita e redução de encargos; perdem a União e os municípios. "Será a consagração dos governadores que se têm esboçado claramente nos últimos tempos, reeditando a República Velha".

Irajá Rodrigues acredita inclusive que haverá uma leva nova de prefeitos — recém-eleitos — que no ano que vem pedirão uma reformulação deste ponto nos dispositivos do sistema tributário consagrado em plenário.

MODERNIZAR

A questão tributária, no entender do constituinte José Serra, membro do PMDB de São Paulo, respeitou três linhas básicas do trabalho desenvolvido na comissão temática, que são a descentralização, maior justiça fiscal, e a modernização do sistema.

Para José Serra, a descentralização tributária passa por três vertentes nos dispositivos no projeto constitucional já aprovado. A primeira, que fica patente logo que

se observa o conjunto de dispositivos, é a da transferência de recursos da órbita da União para a dos estados e municípios. O segundo ponto analisado por José Serra, que foi relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, é o dos dispositivos que darão um maior reforço de caixa para as regiões menos desenvolvidas. E, finalmente, segundo ele, o texto confere maior autonomia às unidades da federação — tanto estados como municípios.

José Serra calcula em 20% a perda da União em termos de receita tributária. Deste percentual, segundo o constituinte paulista, dois terços serão devidos aos recursos destinados ao fundo de participação das unidades federadas. Outros 20% virão como resultado da eliminação dos cinco impostos únicos que estarão agora incluídos no ICM. E, finalmente, segundo ele, o texto confere maior autonomia às unidades da federação — tanto estados como municípios.

José Serra calcula em 20% a perda da União em termos de receita tributária. Deste percentual, segundo o constituinte paulista, dois terços serão devidos aos recursos destinados ao fundo

Crítérios flexíveis na fixação dos valores dos impostos. Fim dos privilégios. Recursos para regiões mais pobres. O fisco muda para melhor. Pode não ser o ideal mas representa grande avanço



Virgílio Guimarães: tímidez



César Maia: avanços



José Serra: racionalidade

lientou o parlamentar do Rio de Janeiro — mas foi um grande passo". O que todos querem, afirmou, é simplesmente criar a federação, na prática, no País.

No entanto, César Maia acredita que a importância política conjuntural da discussão da proposta de reforma tributária encobriu a aprovação do que o deputado considerou "o melhor texto aprovado na Constituinte" e que diz respeito à questão orçamentária definida na votação. "A partir da aprovação desse texto, salientou César Maia, o Poder Legislativo terá instrumentos suficientes para exercer, na plenitude, seu papel e suas prerrogativas em relação ao processo orçamentário".

PERDAS

O constituinte Irajá Rodrigues (PMDB — RS), ao analisar o novo sistema tributário, considerou que, ao contrário do que se imagina, os municípios não foram os maiores beneficiados com o processo de descentralização tributária.

repassem recursos correspondentes às suas áreas, mas isto não está definido constitucionalmente".

Irajá Rodrigues acredita, igualmente, que essa circunstância fará com que os municípios percam em autonomia, pois mudará apenas a instância a que os prefeitos terão que recorrer para sanar suas dificuldades. "Hoje os recursos são insuficientes, mas os prefeitos vêm a Brasília e obtêm as verbas com ministros que não fazem política em seus estados. Mas, com essas medidas, Brasília ficará sem recursos para atender esses pleitos e, desta maneira, os prefeitos serão obrigados a recorrer às suas respectivas capitais estaduais, onde encontrarão secretários e mesmo um governador que fazem política, até mesmo a nível municipal". Com essa transferência — salientou Irajá Rodrigues — os recursos serão liberados em troca de posicionamento político do prefeito.

"Importante salientar que considero que a redistribuição era necessária, sendo uma exigência dos municipalistas, principalmente com objetivo de acabar com a in-



país justo e moderno

de participação das unidades federadas. Outros 20% virão como resultado da eliminação dos cinco impostos únicos que estarão agora incluídos no ICMS. E, finalmente, mais 12% se darão devido à criação do fundo de ressarcimento do ICM sobre produtos destinados à exportação. Essa perda de receita da União deverá acarretar uma transferência de encargos. Mas José Serra crê que haverá somente a transferência de programas e não dos programas, o que é uma diferença substancial. E mesmo assim, pelos dispositivos, haverá uma descentralização, pois, para José Serra, não há sentido, por exemplo, de o Ministério da Educação, ou da Saúde, ou do Desenvolvimento Urbano distribuir recursos para as unidades federadas, pois isso favorece à manipulação de verbas.

O novo texto acaba com a desigualdade no tratamento entre indivíduos, na medida em que extingue privilégios e dá maior autonomia no estabelecimento de alíquotas do ICM, fato que permite tornar essas mesmas alíquotas seletivas. Isso significa que o ICM poderá ser menor para artigos essenciais como

alimentos, enquanto, por outro lado, a alíquota poderá ser maior sobre produtos menos essenciais. Ainda nesse ponto, José Serra ressaltou que os empréstimos compulsórios não serão estabelecidos por decreto-lei, mas deverá passar inicialmente pela aprovação da maioria absoluta do Congresso Nacional.

Já em relação à modernização, José Serra lembrou a extinção dos cinco impostos únicos e que foram agregados no ICMS, evitando desta forma o efeito cascata a que estavam sujeitos antes, incidindo sobre o valor adicionado. Entretanto, quando se fala no imposto sobre grandes fortunas, o parlamentar paulista lembra que ele não estava incluído no trabalho da comissão temática, e a sua conceitualização é vaga a ponto de José Serra acreditar ser ele de difícil aplicação ou determinação em lei ordinária.

Outro ponto igualmente importante para José Serra foram as modificações orçamentárias. "Na Constituição de 1946 não havia qualquer restrição a emendas apresentadas ao orçamento pelos parlamentares, criando despesas. Embora pudesse exercer seu poder de veto, é evidente que, em face da necessidade de negociar com o Legislativo a aprovação de lei orçamentária, um volume

enorme de emendas terminava sendo acolhido, ultrapassando folgadoamente as disposições efetivas de receitas e pulverizando, sem qualquer planejamento mais coerente a destinação do gasto governamental". O resultado disso, segundo o parlamentar, era a manipulação do Executivo sobre o Legislativo.

Já na Constituição de 1967, lembra o constituinte, ficou vedada a prática de apresentação de quaisquer emendas orçamentárias pelos parlamentares, pela criação do decreto-lei que permitia a rejeição ou aprovação em bloco, com a possibilidade de aprovação por decurso de prazo. "O capítulo sobre orçamento e finanças públicas no novo texto constitucional fugiu a ambos os extremos. Permite aos parlamentares fazerem emendas ao orçamento, durante a apreciação, mas somente em relação às despesas de investimentos (e gastos dela decorrentes) e sempre que indiquem, além disso, a fonte dos recursos necessários".

PARTICIPAÇÃO

Para o constituinte Francisco Dornelles (PFL — RJ) os dispositivos aprovados no primeiro turno de votação em plenário representaram um grande avanço para estados e municípios em termos



Irajá Rodrigues: dependência

de receita tributária, com uma maior descentralização do gerenciamento dos recursos e mesmo um aumento de participação no bolo fiscal, que hoje permanece nas mãos da União.

Francisco Dornelles aponta basicamente alguns pontos de inovações importantes. Primeiro, os dispositivos que permitirão que o sistema tributário funcione, após a promulgação, como instrumento de distribuição regional de renda, através, fundamentalmente, do aumento do percentual do Fundo de Participação dos Estados. Este ponto é fortalecido por um segundo, que, na opinião de Francisco Dornelles, é o fato de o sistema tributário ser transformado em instrumento de descentralização de poder, na medida que permite uma transferência de recursos para os estados e as unidades municipais.

Com os novos dispositivos aprovados, Francisco Dornelles acredita igualmente que os parlamentares conseguiram imprimir ao sis-

tema tributário uma maior racionalidade econômica, através da supressão de cinco impostos que, de acordo com o constituinte do Rio de Janeiro, tinham incidências ultrapassadas. Estes impostos que deverão desaparecer com a nova Constituição são: Imposto Único sobre Minerais, Imposto Único sobre Energia Elétrica, Imposto Único sobre Combustíveis, Imposto sobre Comunicações e Imposto sobre Transporte.

Francisco Dornelles acredita também que os contribuintes serão beneficiados com o novo sistema tributário aprovado em plenário. "O novo texto trouxe — garantiu o parlamentar — maiores garantias aos contribuintes, na medida em que estabeleceu que novos impostos e empréstimos compulsórios somente poderão ser criados por lei aprovada pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal".

Da mesma forma, o sistema tributário ficou mais progressivo na medida em que eliminou, segundo o constituinte, privilégios de militares, magistrados e congressistas. isto significa que o Imposto de Renda deverá respeitar os princípios da igualdade e da progressividade. Por outro lado — aditou ele — esse sistema a ser implantado não será tão rígido que não permita diferenciações. Francisco



Francisco Dornelles: justiça

Dornelles lembra que, pelos dispositivos aprovados, o ICMS foi concebido de maneira que poderá ser cobrado com alíquotas mais baixas para bens de maior essencialidade e com alíquotas mais elevadas para bens menos essenciais.

Francisco Dornelles não concorda, entretanto, com o ponto de vista de que os estados tenham sido os maiores beneficiados em detrimento dos municípios e prova com números. Segundo o parlamentar, com o novo sistema tributário, os municípios terão um ganho percentual médio que irá variar entre 25 e 30%, enquanto que os estados terão um ganho entre 10 e 15%.

TIMIDEZ

Já para o constituinte Virgílio Guimarães (PT — MG), o texto que institui o novo sistema tributário nacional apresentou avanços ainda tímidos. Ele não nega que existiram avanços importantes, mas considera que estes mesmos avanços poderiam ter sido mais profundos, dividiu a questão tributária nacional em quatro gran-

des frentes de debate constitucional.

Um primeiro aspecto, na opinião de Virgílio Guimarães, é a pretendida descentralização que ele considerou ainda muito tímida. E tímida, no seu ponto de vista, significa dar pouca autonomia aos municípios, em termos tributários. Virgílio Guimarães acredita mesmo que os grandes beneficiários desta descentralização serão os estados, que saem mais fortalecidos do novo texto constitucional. Entretanto, Virgílio Guimarães disse ver com bons olhos essa descentralização, uma vez que elimina o clientelismo a nível nacional.

A segunda questão, na opinião do constituinte, é a regional, e neste particular Virgílio Guimarães acredita que o texto apresentou importantes avanços, a partir do uso do novo sistema tributário como instrumento de equilíbrio regional — reivindicação esta encabeçada por parlamentares do norte-nordeste do país. Virgílio Guimarães enfatizou que, para que haja uma base de incidência a nível regional satisfatória, é preciso existirem riquezas locais. Na ausência ou insuficiência delas, o novo sistema atuará regulando a defasagem, o que beneficiará as regiões menos favorecidas do país.

Terceiro ponto: Virgílio Guimarães crê que foram poucos os avanços no uso do sistema tributário como instrumento de justiça social. O parlamentar mineiro recordou que o Partido dos Trabalhadores tinha como pretensão diminuir os impostos indiretos, e, ao mesmo tempo, aumentar a carga dos impostos diretos. Esses impostos diretos, hoje, no país, de acordo com o constituinte, representam um ponto de injustiça, principalmente por incidirem de forma muito maior sobre o trabalho do que sobre o capital. "O salário já é taxado na fonte, enquanto que ninguém acredita neste país nos números que são divulgados nos balanços das empresas e que dão a base da taxaço".

Para Virgílio Guimarães, depois de aprovados os novos dispositivos tributários, o país continua sendo basicamente de impostos indiretos, fato que, para ele, não permite uma maior distribuição de renda. Virgílio Guimarães lembra que um imposto indireto, embora seja igual para todos, incide de maneira desproporcional sobre a massa de salários, apenando mais os que ganham menos. "O salário mínimo fica comprometido em 30% só com o pagamento de impostos indiretos atualmente no país".

Para o constituinte do PT de Minas Gerais, contudo, um quarto aspecto foi contemplado de forma marcante pelo novo texto: a eficácia do próprio sistema tributário. Virgílio Guimarães citou como exemplo importante o fim dos impostos únicos, que foram incorporados ao ICM, de modo a incidir sobre o valor adicionado. Neste sentido, segundo ele, o sistema tornou a tributação mais flexível.

Humberto Martins



Masini: texto é xenófobo e estatizante

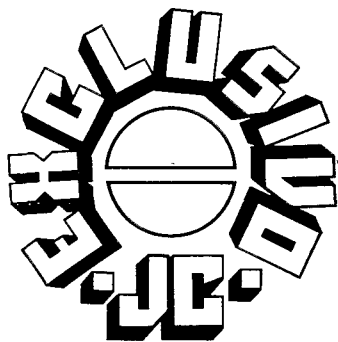
As medidas aprovadas na Ordem Econômica "constituem uma sinalização negativa para o investidor estrangeiro e isto fatalmente acarretará um desestímulo à entrada de capital de risco em nosso país". A argumentação é do constituinte Giovanni Masini (PMDB — PR), que vê, no texto acolhido em plenário, "uma filosofia xenófoba e estatizante". Masini destaca emenda de sua autoria estabelecendo que as garantias do contribuinte e as limitações ao poder de tributar entrem em vigor na data de promulgação da nova Carta, também "pois do contrário o contribuinte continuaria desprotegido". Ele comenta os pontos que considera positivos, como, por exemplo, o restabelecimento dos direitos de cidadania.

JC — Quais eram suas expectativas ao iniciar seu primeiro mandato político como deputado federal constituinte?

Jovanni Masini — Quando ingressei na vida política, em 1986, já tinha consciência das limitações que a Emenda Constitucional nº 27, que convocou a Constituinte, colocaria ao movimento de reordenação jurídica do estado brasileiro. Uma Constituinte congressual, sem ruptura com o passado, poderia dar margem a enganos e distorções, era o que pensava desde o início. Apesar disso, eu conservava a esperança de que, na elaboração da Constituição, acabariam prevalecendo aqueles princípios básicos a partir dos quais pudesse ser elaborada uma legislação infraconstitucional que atendessem, a nível de detalhe, questões importantíssimas cuja discussão não caberia dentro da Constituição. Mas isto não aconteceu. Não partimos de um projeto básico e sim de 24 anteprojetos elaborados isoladamente e isto concorreu para que o resultado fosse uma Constituição inchada, analítica, obesa, repleta de dispositivos corporativistas e regionalistas. Tal detalhismo vem impedindo que nos debruçemos adequadamente sobre o significado de cada norma, em razão da exatidão do tempo, pois o Brasil tem pressa. E com isto tudo, fatalmente serão aprovados dispositivos absurdos e inadequados.

JC — Como foi sua experiência na Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças?

Jovanni Masini — Foi bastante satisfatória. As propostas ali surgidas e aprovadas acabaram sendo confirmadas tanto pela Comissão de Sistematização, como pelo plenário, e representam um grande avanço. Isto porque partem do pressuposto da necessidade de descentralizar recursos e respeitar o contribuinte. A descentralização permite uma adequada distribui-



O grau de independência e soberania de uma nação é revelado pelo nível de bem-estar de que goza o seu povo

ção de recursos em benefício dos estados e municípios, que terão condições materiais para atender às suas prioridades. Ao mesmo tempo, ficam menos dependentes do poder central, eliminando essa obrigatoriedade que hoje existe de prestar vassalagem política, que tem se revelado imensamente insatisfatória.

Por outro lado, o contribuinte brasileiro, a partir da promulgação da Constituição, estará protegido contra o arbítrio tributário, através das limitações ao poder de tributar que foram aprovados. Isso terá um efeito econômico saudável, pois o investidor terá garantias para efetuar o planejamento de sua atividade, sabendo que as regras de jogo não serão alteradas unilateral e autoritariamente.

JC — O deputado teve uma emenda aprovada por unanimidade naquela comissão.

Jovanni Masini — É verdade. Trata-se de um dispositivo que antecipa a vigência dessas limitações ao poder de tributar, dessas garantias do contribuinte. Como a proposta tributária aprovada altera em profundidade o sistema tributário nacional, as disposições transitórias estabelecem que todo o Título VI, dedicado à tributação, somente entrará em vigor em 1989, para que haja tempo de modificar as leis complementares e ordinárias necessárias à sua aplicação. Apresentamos uma exceção a tal dispositivo, para que as garantias do contribuinte e as limitações ao poder de tributar entrem em vigor na data da promulgação da Constituição e não em 1989, pois do contrário o contribuinte continuaria desprotegido nesse intervalo. A proposta foi aprovada por unanimidade na comissão temática e, posteriormente, confirmada pela Sistematização. Temos certeza de que o mesmo acontecerá em plenário.

ADIRP/William Prescott



Masini: serão aprovados dispositivos inadequados

JC — Como o deputado avalia as decisões do plenário acerca dos princípios gerais da "Ordem Econômica"?

Jovanni Masini — Preliminarmente, é preciso assinalar que existe hoje um consenso quase que mundial quanto à revalorização da livre iniciativa, da economia de mercado e da cooperação econômica internacional. Os países que têm adotado tal orientação, inclusive os chamados socialistas têm obtido evidentes vantagens. Infelizmente, o processo constituinte acabou desconsiderando exemplos históricos como os do Japão, da Itália e, recentemente, da China e da própria União Soviética.

JC — Como assim?

Jovanni Masini — Acabou prevalecendo, no texto aprovado, uma filosofia xenófoba e estatizante, falsamente nacionalista, principalmente na definição da empresa nacional e na participação de investimentos estrangeiros em nossa economia. As normas aprovadas constituem uma sinalização negativa para o investidor estrangeiro e isto fatalmente acarretará um desestímulo à entrada de capital de risco em nosso país. Perdemos, portanto, a chance de atrair capital e tecnologia, hoje imprescindíveis à retomada do desenvolvimento nacional e consequentemente, imprescindíveis à geração de emprego e à melhoria do padrão de vida de nossa gente. O Brasil precisa desesperadamente criar novos empregos, precisa manter o nível de competitividade internacional das nossas empresas e nada disso vem sendo feito. Com as decisões constitucionais referentes à ordem econômica, tal quadro tende, infelizmente, a piorar.

JC — Mas as medidas foram aprovadas em nome da soberania nacional.

Jovanni Masini — Não é com xenofobia e estatização que vamos preservar a soberania nacional, pelo contrário: estamos aumentando o nível de dependência do Brasil com o exterior, estamos perdendo a capacidade de competir, de ampliar nosso mercado e, fundamentalmente, de melhorar o nível de vida dos trabalhadores brasileiros e de suas famílias. Não há soberania na miséria, na minha opinião o grau de independência, de soberania, de altivez de uma nação é revelado, antes de mais nada, pelo nível de bem-estar de que goza um povo. Soberania nacional há de ser entendida como soberania dos nacionais, dos cidadãos, a quem devem ser garantidos a liberdade, a dignidade e o bem-estar.

JC — Os nacionalistas sustentam que a liberdade do capital estrangeiro em nosso país tem representado e continuaria representando uma sangria das nossas riquezas.

Jovanni Masini — Veja, também aqui há um equívoco brutal. A grande sangria é realizada através do capital de empréstimo e não do capital de risco. Não há forma de nos desenvolvermos sem novos aportes de capital. A questão, portanto, é saber se o capital virá sob a forma de risco ou de empréstimo. No primeiro caso, o ônus é do investidor, e sua subordinação às leis brasileiras pode ser viabilizada com sucesso. Já no caso do capital de empréstimo, acontece o oposto: o governo e as leis brasileiras perdem qualquer controle sobre a evasão de divisas, pois tudo fica sujeito às oscilações do mercado financeiro internacional. Se fecharmos as portas para o capital de risco, só nos restará a trágica via atual: o endividamento.

JC — Na sua opinião, os direitos sociais aprovados representam uma efetiva melhoria do pa-

drão de vida dos trabalhadores e de suas famílias?

Jovanni Masini — A meu ver, as propostas aprovadas partem de um pressuposto enganoso, como se o Brasil tivesse as suas possibilidades de progresso limitadas. São propostas pouco ambiciosas que, por antecipação, limitam as possibilidades de efetivo progresso. Veja que a eficácia dos direitos sociais está vinculada a um efetivo desenvolvimento econômico e, na medida em que, como já disse, a decisão econômica representa obstáculo à dinamização de nossa economia, os direitos sociais serão frustrados.

Assim, o aumento aprovado na remuneração das horas extras, ou das férias, são aumentos com base num dos salários mínimos mais baixos do mundo, muito aquém das necessidades do trabalhador e de sua família. É, decididamente, muito pouco.

JC — Como, então, atacar o problema pela base?

Jovanni Masini — Liberalizando, desestatizando a vida econômica. Precisamos fechar as torneiras do desperdício, precisamos acabar com a ineficiência das estatais, eliminar a excessiva interferência do estado na economia, causadora de seriíssimos problemas, cujos efeitos danosos caem sobre os ombros de toda a população brasileira. Com exceção, evidentemente, daqueles privilegiados que estão conseguindo conservar os privilégios que obtiveram nas últimas décadas. É o caso da tecnoburocracia entronizada no comando das estatais, é o caso daqueles que se beneficiam da excessiva interferência do Estado, é o caso de setores da própria esquerda que se aliam a essas forças para criar falsas expectativas, para depois capitalizar eleitoralmente a insatisfação oriunda do não-atendimento dessas mesmas expectativas. Tudo isto acaba se traduzindo num grande engano, que fará com que o Brasil sofra ainda por muitos anos este atraso crônico, através da perpetuação de um capitalismo cartorial, clientelista e sem risco.

JC — A seu ver, quais os pontos positivos do texto aprovado até aqui?

Jovanni Masini — Além do novo sistema tributário de que já falamos, há, sem dúvida alguma, outros importantes avanços a registrar. Em primeiro lugar, o restabelecimento dos direitos da cidadania, através da aprovação de uma carta de direitos individuais comparável às melhores do mundo. Isto vai permitir que o cidadão fique efetivamente ao abrigo de qualquer abuso de poder, seja o poder do estado, seja o poder econômico ou qualquer outro. Além disso, foram criados importantes instrumentos de ação para a cidadania junto ao Poder Judiciário, no sentido de poder, concretamente, exigir o respeito aos seus direitos. É o caso do mandado de injunção, do mandado de segurança coletivo, da ação de inconstitucionalidade por omissão.

Da mesma forma, conseguimos realizar a redemocratização dos poderes, através do restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo e da eliminação dos contornos autoritários do Poder Executivo.

O subsolo é dos brasileiros

ADIRP/Benedita Passos

O constituinte Eraldo Trindade (PFL — AP) acreditava, desde o início dos trabalhos da ANC, que uma das maiores conquistas seria a nacionalização do subsolo brasileiro, já que “isso iria extirpar a participação, diria de certa forma perniciosas, das multinacionais”. Com a vitória da tese, em plenário, Trindade frisa que “os estados e municípios terão direito a *royalties* na exploração de recursos minerais, como também terão direito de cobrar impostos sobre a exploração e exportação de riquezas minerais”. Eraldo Trindade defende também a transformação dos atuais territórios em estados, a sobrevivência dos índios no seu meio natural e, ainda, uma reforma agrária a ser realizada em função do interesse social.

JC — Deputado, a Assembleia Nacional Constituinte votou, agora, a nacionalização do subsolo. O que tem a dizer sobre o assunto?

Eraldo Trindade — Acho que foi um grande avanço, até porque, ao longo dos últimos tempos, observamos que o Brasil sempre foi um país de grande influência do capital estrangeiro e onde as multinacionais sempre exerceram um monopólio muito grande. Desde que cheguei à Assembleia Nacional Constituinte, procurei fazer pronunciamentos tentando conscientizar todo o plenário da necessidade que tínhamos de nacionalizar o subsolo. Isso iria extirpar a participação, diria de certa forma perniciosas, das multinacionais. Ora, isso se origina exatamente da Constituição de 67, que explicita no capítulo da “Ordem Econômica” que as concessões de pesquisa e lavra devem ser dadas a brasileiros ou a organizações constituídas no Brasil.

Nisso abrimos um precedente muito grande para que as multinacionais detenham o monopólio, principalmente na região amazônica, onde o Departamento Nacional de Produção Mineral, que é o órgão central que deveria não só dar as concessões, mas também fiscalizá-las, não tem uma estrutura capaz para exercer essa fiscalização. Os estados e municípios, que também não têm essa competência, já que ela pertence à União, ficam alheios ao processo e com isso temos o contrabando acentuado das riquezas minerais em detrimento da soberania nacional.

Baseados nesses pontos, que entendo fundamentais, começamos a lutar pela nacionalização do subsolo. Procurei, agora, nesta fase de votação em plenário, quando são necessários 280 votos para se aprovar qualquer proposta, apresentar o Destaque nº 1.205, que propugnava pela manutenção do texto. Conseguimos, após o destaque em separado de alguns constituintes para a votação do § 3º, realmente a nacionalização do subsolo, porque lutei pela manutenção do texto da Comissão de Sistematização. O Centrão queria apenas a nacionalização nas áreas de fronteira em terras indígenas, mas houve, ao final, uma conscientização muito grande. Logo após



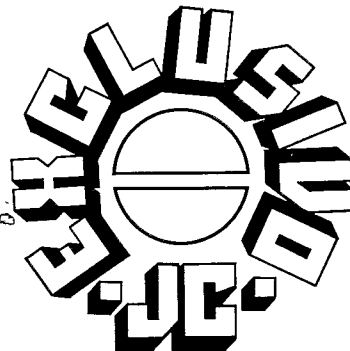
Trindade: as riquezas dos territórios se perdem pela falta de autonomia administrativa

surgiram inúmeras manifestações de vários segmentos da sociedade, que defendiam e continuam defendendo as multinacionais no sentido de que a nacionalização do subsolo representa um retrocesso na política econômica do Brasil, com o que não concordo.

Por exemplo, a Petrobrás, quando foi criada, chegou a ser motivo de um comentário idêntico, ou seja, o Brasil iria ter problemas na prospecção e na exploração de petróleo, uma vez que não tínhamos tecnologia avançada e não tínhamos também os recursos necessários para implementarmos um trabalho nessa área. No entanto, aí está a Petrobrás dando uma demonstração de que temos tecnologia e podemos realizar um trabalho de grande eficácia nesse processo. Então, se temos a matéria-prima e o mercado livre para comercializá-la, é só uma questão de aprimorarmos também a nossa tecnologia, para que a exploração dos recursos minerais seja feita dentro do interesse nacional, conforme prevê o texto do Projeto de Constituição, principalmente, agora, que a Constituição estabeleceu também que o subsolo pertence à União, que os estados e municípios terão direito a *royalties* na exploração dos recursos minerais, como também terão direito de cobrar impostos sobre a exploração e exportação das riquezas minerais.

JC — E a luta pela transformação dos territórios em estados?

Eraldo Trindade — Os territórios foram criados em 1944 através de um decreto do então presidente Getúlio Vargas. De lá para cá eles têm-se mantido na condição de colônias da União. O Amapá, hoje, tem aproximadamente 300 mil habitantes, segundo o último censo realizado. Está preso como uma autarquia ao Ministério do Interior, onde um programa administrativo, um programa de trabalho de governo está tolhendo o desenvolvimento regional, porque tudo está centralizado em Brasília. Toda e qualquer determinação, aplicação de governo, que porventura o Executivo queira fazer, tem



**É o momento
para os
territórios
serem
emancipados
e terem uma
linha de
governo
condizente
com a
realidade
regional**

que depender de Brasília.

Já vejo os territórios como o do Amapá e Roraima alcançando aquilo que poderia qualificar como a maturidade para conseguir a sua emancipação. Território é uma figura esdrúxula. Essa é a minha colocação e vejo que é o momento de a Constituinte dar aos territórios federais a sua emancipação para que eles possam obedecer a uma linha de governo, que seja condizente com a realidade regional. Os governadores, que vão para os territórios, apenas cumprem uma diretriz estabelecida pelo Ministério do Interior e que muitas vezes é incompatível com a realidade regional.

Os territórios têm grandes potencialidades, têm grandes riquezas que estão se perdendo pelo fato de não terem autonomia administrativa. Vejo que a hora se faz necessária de se dar autonomia aos territórios. Pelo que já foi explicitado no texto da Comissão de Sistematização, evidentemente

que serão necessários 280 votos para se colocar abaixo essa proposta. A maioria dos constituintes é favorável à transformação dos territórios em estados, basta apenas que ratifiquemos em plenário aquilo que foi definido na Comissão de Sistematização, para que os territórios realmente sejam transformados em estados.

JC — Como analisa a questão indígena no país?

Eraldo Trindade — A questão indígena é muito complexa porque ainda não se adotou uma política que possa não só preservar a etnia indígena como também dar a esses povos uma condição de sobrevivência. A civilização avança. A região amazônica hoje vem sendo devastada pelo progresso indiscriminado e vejo que a União tem que tomar providências para preservar as raças indígenas. Relativamente a esse assunto, apresentei um destaque ao art. 26 das “Disposições Transitórias”, cujo texto diz que o poder público fará no prazo de cinco anos, a partir da promulgação da Constituição, a demarcação das terras ocupadas pelos índios.

Na emenda do Centrão, vemos que a União concluirá dentro de cinco anos, o que significa cinco anos após a promulgação da Constituição, e isso vai ser altamente prejudicial para as raças indígenas. Acho que essa demarcação deve ocorrer logo após a promulgação da Constituição, para que tenhamos então preservadas as riquezas naturais do solo e do subsolo das terras indígenas, a fim de que os índios possam ter a segurança de sobrevivência no seu meio natural, e a civilização não contribua para a destruição dessas raças, que representam tanto para o Brasil, não só em termos históricos como também étnicos. Acho isso fundamental.

No plenário da Assembleia Nacional Constituinte já existe uma conscientização dessa política de preservação de toda uma raça ou de raças, que são de grande importância para este país.

JC — Qual a sua visão da refor-

ma agrária?

Eraldo Trindade — Acho que o texto da Comissão de Sistematização está muito bom, quando diz que a reforma agrária deve ocorrer em função do social, quer dizer, em função do interesse social. O Centrão está tentando de todas as formas desmistificar e desorganizar esse texto da Comissão de Sistematização, porque acha que, em alguns aspectos, a reforma agrária deve ser realizada de conformidade com a necessidade do Estado. A medida que se tem uma área produtiva, essa área não pode ser usada na condição de se executar o plano de reforma agrária. Acho que o fundamental para este país, que tem uma grande faixa territorial, não é só fazermos a reforma agrária, mas também, nas leis complementares, estabelecermos mecanismos que favoreçam, principalmente, o pequeno agricultor, para que ele permaneça na terra.

Vejo a Constituição como o primeiro passo, mas observo que há necessidade de se adotar uma política agrícola que vá ao encontro das necessidades deste país. A China, com um bilhão de habitantes, nos dá a demonstração do que é ser um país agricultável. Reputo o Brasil uma grande nação, onde a agricultura pode ser viável, mas, na medida em que tivermos a consciência de que, fundamentalmente, o pequeno agricultor deve ter um apoio muito grande para permanecer no campo. A Constituição, que já estabeleceu alguns mecanismos para isso, precisa também assegurar que o homem tenha no campo, saúde, educação, apoio técnico, financiamento subsidiado e garantia de comercialização, de estocagem e escoamento de toda a sua produção.

Dou como exemplo um programa de assentamento que o governo fez por volta de 1975, ao longo da Transamazônica: foi feito o assentamento de inúmeras famílias que, posteriormente, tiveram que vender suas terras e retornar ao Nordeste, porque não tiveram condições de produzir; chegou o grande latifundiário, fez a compra por preço irrisório e gerou-se, novamente, o latifundiário. Vejo a reforma agrária como fundamental, mas, mais importante, é darmos condições para que o homem permaneça na terra.

Hoje, 70% da população brasileira vive nos centros urbanos, porque, na área rural, não há condições de sobrevivência ou permanência. Esse êxodo rural ocorre em decorrência da falta de apoio ao homem do campo. Vamos dar terra ao homem, mas o estado tem que lhe dar condições para produzir, porque, à medida que ele produzir, não será prejudicial ao estado. Pelo contrário, vai ser um elemento de atuação produtiva para o próprio estado. Vejo o primeiro passo agora, em que estamos discutindo as disposições permanentes da Constituição, mas, posteriormente, precisamos também estabelecer, nas “Disposições Transitórias” e nas leis complementares, pontos fundamentais para que o homem tenha a terra, mas que também permaneça na terra, sem trazer graves problemas para o próprio governo nas grandes cidades.

Cunha quer eleger logo o presidente

O constituinte Bocayuva Cunha (PDT — RJ) resume a sua posição e de seu partido: eleição para presidente da República no prazo mais curto possível após a promulgação da nova Carta. E mais: "Só realmente um governo que tenha sido eleito pelo povo pode fazer aquelas reformas pelas quais nós trabalhistas vimos lutando desde 1964, a chamada reforma de base do presidente João Goulart". Ele reconhece que há avanços no atual projeto de Constituição, principalmente na ordem social, nos direitos dos trabalhadores, na ordem econômica e na área de mineração e de contratos de riscos: "Tivemos algumas vitórias importantes. É aquilo que chamo de o Brasil comprometido com o futuro e não com o atraso ou com o *status quo*".

JC — A Constituinte aprovou o presidencialismo com mandato de cinco anos para os futuros presidentes. E com relação ao mandato do presidente José Sarney?

Bocayuva Cunha — A posição do PDT é clara e objetiva. Acharmos, inclusive — e fomos derrotados nisso —, que a eleição para presidente da República deveria dar-se num prazo o mais curto possível depois da promulgação da nova Constituição. Não só de presidente da República. Apresentei uma emenda desde a Subcomissão do Poder Legislativo, da qual fui presidente, que obrigava que essas eleições se dessem também para deputados e senadores. Acho que a plenitude democrática no país só viria com a eleição de novos deputados e senadores, quer dizer, os nossos mandatos extinguir-se-iam com as posses dos novos deputados e senadores, e com a posse do novo presidente da República, que deveria ser, no máximo, em 90 ou 120 dias após a promulgação da Constituição.

Como essa hipótese não existe mais, fomos derrotados, e inclusive porque fixou-se o prazo do mandato dos deputados e senadores. E o do presidente, o qual desejamos que seja de quatro anos, essa emenda caiu, não teve mais chance. Agora, temos o dever de lutar por aquilo que é o mal menor, ou seja, a aprovação, no capítulo referente às disposições transitórias, do mandato do presidente Sarney de quatro anos, quer dizer, que em 1º de janeiro de 1989 tenhamos um novo presidente da República empossado, eleito pelo voto da maioria dos cidadãos do nosso país, em dois turnos, como manda o figurino de hoje. Acharmos que isso é fundamental.

JC — Não caberia no nosso país hoje o parlamentarismo como ex-

periência?

Bocayuva Cunha — Não. O parlamentarismo seria o engodo da população. Estamos ansiosos para votar para presidente da República. Pode ser que o parlamentarismo venha a ser um regime a ser adotado no futuro, daqui a 20 anos, mas no momento não estamos preparados para isso. Estamos saindo de uma transição longa e precisamos de um presidente da República que tenha o poder de fato, que não seja um engodo, que não seja um presidente da República falso, que vá para a praça pública, obtenha o voto de 40 ou 50 milhões de brasileiros, que é o que vai ocorrer no segundo turno, e depois não tenha poder algum para resolver aquilo que prometeu também em praça pública. Seria algo funesto, que felizmente está afastado definitivamente.

Temos de ter eleições diretas para Presidente da República o mais breve possível. Isso não é nenhum sentimento anti-Sarney. Não me move hostilidade alguma para com o presidente Sarney, é uma pessoa com a qual até mantenho boas relações pessoais. Essa realmente é a posição de olhar o interesse do Brasil e do povo brasileiro.

JC — Não acredita que a aprovação dos cinco anos para os futuros presidentes dificulta a aprovação dos quatro anos para o presidente José Sarney?

Bocayuva Cunha — Acredito que foi um empecilho e votamos contra os cinco anos porque achamos que quatro anos com reeleição seria o ideal. Inclusive essa reeleição seria permitida até para o presidente José Sarney; depois de quatro anos seria candidato a reeleição. Acho que as contradições do grupamento que aparentou ser majoritário, e que foi majoritário nesse caso da aprovação do mandato de cinco anos, que é o chamado Centrão, acabou com a ordem econômica, quer dizer, acho que as contradições entre os membros do Centrão fazem crer que podemos ter esperanças, para não dizer quase que uma certeza, quanto à maioria para rejeitar o substitutivo do Centrão, que não fala em prazo. E, rejeitando o substitutivo do Centrão, aprovar o projeto da Comissão de Sistematização, que dá exatamente quatro anos nas disposições transitórias.

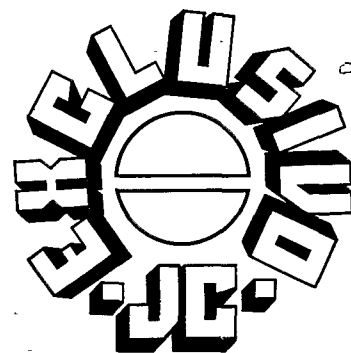
JC — Em um ano e quatro meses, praticamente, de trabalho, que balanço faz da Constituinte?

Bocayuva Cunha — Acho que esta Constituinte cometeu alguns erros, como o de não ter aprovado as eleições diretas imediatamente após a promulgação do texto constitucional, com a extinção dos nossos mandatos. No Brasil, enquanto não houver uma sintonia entre os mandatos dos deputados, dos

ADIRP/William Prescott



Bocayuva: parlamentarismo seria o engodo da população.



Temos de ter eleições diretas para presidente da República o mais breve possível. É a posição de olhar o interesse do Brasil e do seu povo

senadores e do presidente da República, da mesma forma que do governador de estado com a assembleia legislativa, do prefeito com a câmara municipal, a democracia não se consolida. O tempo político em que é eleito o Presidente da República tem de ser o mesmo tempo político em que é eleito o Congresso com o qual ele vai governar. É muito importante que seja assim, mesmo num regime presidencialista. No regime parlamentarista nem se fala, mas no presidencialismo isso é fundamental. Esse foi, na minha opinião, um grave erro que se cometeu na nova Constituição. O país pagará por isso.

Agora, reconheço que houve

grandes avanços na ordem social, nos direitos dos trabalhadores, na ordem econômica, e ainda com relação ao problema das minerações e dos contratos de risco. Tivemos algumas vitórias importantes. É aquilo que chamo de o Brasil comprometido com o futuro e não com o atraso ou com o *status quo*. Tivemos grandes avanços.

JC — Leonel Brizola diz que uma eleição solteira para ele é mais fácil.

Bocayuva Cunha — Isso não há dúvida. Não estou olhando para o PDT, porque, para esse partido, uma eleição em 1989, visando à vitória do Brizola, seria muito mais fácil, pois é um partido pequeno, contém estrutura do partido nos municípios. Se tivéssemos pensando em termos partidários quereríamos eleições somente no ano que vem. Mas não estamos pensando assim, estamos pensando no país. O país não aguenta tanta indefinição, essa transitoriedade, essa falta de autoridade, que não é culpa do presidente Sarney, é culpa da situação em que ele se coloca, a ilegitimidade do seu Governo, por não ter sido eleito pelo povo. Só realmente um governo que tenha confiança popular, que tenha sido eleito pelo povo, poder fazer aquelas reformas pelas quais nós trabalhistas vimos lutando desde 1964, a chamada reforma de base do presidente João Goulart, que hoje, mais do que nunca, é absolutamente indispensável.

Vamos tentar na Constituição fazer algo em prol da reforma agrária, como já fizemos algo extremamente positivo em termos de reforma urbana. Essa medida que foi aprovada de dar o direito de propriedade a quem tem a posse de um terreno nas regiões urbanas de até 250m² e não seja proprietário de outro imóvel em zona urbana nem em zona rural é algo socialmente justo e humano, quer

dizer, vai ter nas grandes cidades, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo, nas grandes favelas não só dessas cidades, mas nas de todo o Brasil, um sentido social muito grande, além de acabar com a exploração dos falsos aluguéis etc, para fixar o homem naquela propriedade, fazer com que ele lute. Foi uma medida, inclusive, capitalista, porque faz com que aquele cidadão passe a ser um proprietário.

JC — Parece que o deputado está preocupado com a demora dos trabalhos da Constituinte.

Bocayuva Cunha — Sim, acho que o país está parado. Estamos numa situação terrivelmente cruel. As nossas elites são insensíveis, são muito cruéis, injustas, e o nosso povo está sofrendo como nunca. Essa indefinição faz com que os investimentos fiquem absolutamente parados. Quem vai investir sem saber o que pensa um Governo que não tem legitimidade, com uma inflação que é assumida pelos órgãos do Ministério da Fazenda e pela direção das finanças nacionais de 600% ao ano, quem é que vai investir quando se bota na Caixa Econômica e qualquer poupança — não só do pequeno poupador, mas do grande poupador — rende mais de 20% ao mês? Isso é impossível, não há país que possa resistir a esse tipo de coisas. E para sair desse impasse só um governo legítimo que tenha autoridade e que tenha o respaldo popular, que é o que espero venhamos a ter muito em breve.

JC — Como o deputado analisa a presença do Estado na economia?

Bocayuva Cunha — Acho que há muito jogo de palavras, muita semântica, porque todos nós estamos a favor de que o Estado deve ter um papel normativo, não deve competir com as empresas privadas. Todos nós queremos isso. Não é possível é que o Estado use aquilo que o Santiago Dantas chamava de a privatização do lucro e a socialização do prejuízo. Já nos anos 60, o velho Santiago Dantas, nosso companheiro de partido, já dizia que essa é a tendência do capitalismo brasileiro, que é um capitalismo absolutamente, com raríssimas exceções, fajuto. Se ele foi construído às custas ou de reserva de mercado ou do BNDES, de juros favorecidos, todos os setores são cartelizados, os grandes setores da economia brasileira, da indústria brasileira são cartelizados, como o caso do cimento, o caso da indústria naval, o caso da indústria automobilística, seja no estrangeiro, seja no nacional a indústria brasileira é toda cartelizada. É uma economia falsa.

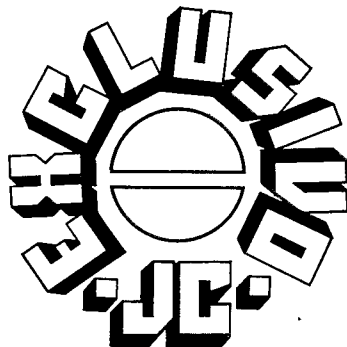
Esse dilema de privatização e estatização é um falso dilema. Ainda agora estamos vendo que o Governo pretende fazer a venda das ações de uma das empresas mais lucrativas do mundo, que é a Aracruz, e, entretanto, fica arcando com outras que dão prejuízo. Por que dão prejuízo? Muitas delas dão prejuízo porque têm preços administrados pelo Estado, que não são convenientes à saúde da empresa. E como é que vamos privatizar siderúrgicas que hoje estão nas mãos do Estado, se o preço é fixado pelo Estado? Com esse preço fixado pelo Estado eu acho que dá prejuízo, não tem sentido. Portanto, esse é um falso dilema, que tem que ser muito bem debatido, muito bem estudado.

Aposentadoria só após 55 anos na luta

ADIRP/William Prescott



Roberto Balestra: a favor de uma reforma agrária com infra-estrutura



Onde houver
aprovação por
plebiscito
deve ser
promovida
a divisão
territorial
dos Estados

O constituinte Roberto Balestra (PDC — GO), comenta uma gama variada de assuntos nesta entrevista ao JC. Faz, de início, uma observação importante e que passa despercebida para quem habita as cidades: o trabalhador rural, de fato, se aposenta em média após 55 anos de serviço, pois começa, em média, aos dez anos, e a Lei atual só lhe concede um provento irrisório aos 65 anos. Balestra quer alterar esse quadro, sendo favorável, também, a uma reforma agrária que assegure aos novos proprietários os meios de cultivar a terra. Com relação aos problemas de sua região, é favorável à criação do Estado do Tocantins, que surgiria com um desmembramento do Norte do Estado de Goiás.

JC — Como vê a questão do aposentado no país?

Roberto Balestra — Entendo que o maior débito que a sociedade brasileira tem é para com o aposentado, principalmente com aquele aposentado pelo Funrural, porque ele já sofre uma injustiça com o tempo de serviço. Primeiro, porque ele inicia seu trabalho normalmente aos dez anos e só vai ser aposentado aos 65 anos de idade. Quer dizer, ele trabalha 55 para se aposentar. É uma injustiça. Enquanto que o trabalhador urbano se aposenta aos 30, 35, 25, como é o caso das professoras. Segundo, que ele é exatamente o cidadão brasileiro que menos aproveita do progresso do País e que mais contribui para que ele ocorra.

Todas as regiões de fronteira são desbravadas exatamente por esse pessoal, exatamente os que não têm acesso à escola, à saúde, ao lazer, à moradia digna, que não tem uma alimentação sadia e que não goza do direito a um lazer sadio. Esse mesmo pessoal recebe, como aposentadoria, a metade do salário mínimo. Se há injustiça, essa é a maior, é a mais gritante. E é exatamente sobre isso que estamos tentando aprovar, na Constituição, uma emenda que reduza primeiro o tempo de aposentadoria para o trabalhador rural; segundo, que dê a ele a condição mínima de vida, uma condição digna com uma aposentadoria à altura. Minha proposta é de pelo menos dois salários mínimos, o que é ainda irrisório, mas que é compatível com as possibilidades do Governo.

Então, se conseguirmos reduzir os 65 anos para 60 já avançados; se conseguirmos um mínimo de dois salários pagos ao trabalhador rural, já avançamos. E, para todos os trabalhadores e aposentados do Brasil, queremos uma aposentadoria integral. Se ele contribuiu com dez salários, ele precisa se

aposentar com dez salários, se contribuiu com 20, precisa se aposentar com 20. Por quê? Exatamente porque durante toda a sua existência ele teve um padrão de vida e precisa terminar os seus dias mantendo o mesmo padrão. Esse é nosso entendimento e parece ser o entendimento da maioria dos constituintes. Se isso for aprovado, creio que terei realizado o maior trabalho político da minha vida e me considerarei realizado, aqui na Constituinte.

JC — A propósito da questão dos aposentados, qual a sua opinião sobre os avanços atingidos na área social?

Roberto Balestra — É lógico que não conseguimos tudo aquilo que era a principal reivindicação de determinados segmentos da sociedade, mas entendo que a Constituinte não será o máximo para todos, mas será a média que pudermos alcançar porque, se existem segmentos que querem o máximo — por exemplo, os trabalhadores solicitaram uma posição de, digamos, 40 horas semanais de trabalho e aposentadoria aos trinta anos, e por aí fora. Todavia, existem os empregadores que acharam que seria um absurdo até 44 horas, porque estão querendo retirar do texto as 44 horas.

De qualquer maneira, acho que foi um avanço descer de 48 para 44, muito embora, particularmente, entenda que o texto deveria apenas jogar para a lei a discussão e que acho uma temeridade a jornada de trabalho fazer parte do texto constitucional. Devemos deixar para a negociação, esse seria o grande avanço. Mas, se já foi votado, tudo bem. Precisamos entender que esses avanços sociais trarão um certo embaraço até a sua implementação, até a sua plena colocação em prática no Brasil como um todo, exatamente porque todos esses avanços vieram de uma só vez. Teremos que fazer um ajuste, talvez ele seja até mui-

to drástico. Não diria em determinados segmentos mas, sobretudo, em determinados estados que não têm o mesmo potencial de São Paulo, do Rio, dos estados mais avançados. Será um problema para os estados de fronteira como Goiás, Rondônia, Mato Grosso, Pará e outros, mas teremos que nos ajustar a isso.

JC — Qual a sua visão sobre o problema da reforma agrária?

Roberto Balestra — Acho que a reforma é exatamente a que todo brasileiro deseja. Ao contrário, às vezes, de algumas afirmações, principalmente dos partidos de esquerda, de que alguns de nós constituintes não queremos a reforma agrária. Muito pelo contrário, queremos a reforma agrária e já a defendemos há alguns anos, mas não queremos uma reforma pura e simplesmente de distribuição de terras. Queremos uma reforma agrária racional, de tal maneira que o homem que vá lavrar a terra tenha todas as condições para tal.

Não adianta levarmos, a exemplo do que está ocorrendo agora, o assentado para a propriedade, dar-lhe apenas a terra e não lhe colocar à disposição os mecanismos indispensáveis para a execução da sua tarefa. Quando isso está ocorrendo aqui no Brasil — e somos testemunhas de que no meu Estado, Goiás, de cada assentado, dois deixam a propriedade. Quando se assenta um, uma família ou duas voltam do campo para a cidade, exatamente pela falta de condições para se desenvolver. Creio que já há um grande avanço, nesse sentido, em tudo que já foi aprovado até hoje. Resta agora apenas chegarmos a um entendimento final para que ela possa se viabilizar, atendendo a todos os segmentos, a todos os interessados: governo, direita, esquerda, centro e ao povo brasileiro como um todo. É isso o que esperamos.

JC — O senhor é favorável à criação do estado do Tocantins?

Roberto Balestra — Sou a favor não apenas da criação do estado, mas de todos aqueles descontentes que provarem, através de um plebiscito, que a maioria absoluta deseja a divisão do estado, como é o caso de Goiás, do estado do Triângulo, e de outros territórios que estão se transformando em estado. Se o plebiscito demonstrar essa vontade, que ela seja feita, porque através do plebiscito vai-se levar à população todas as implicações da divisão, as dificuldades que o novo estado sofrerá, etc. E, se dentro de tudo isso ele ainda quiser e demonstrar, através do voto, não vejo por que ser contra.

Entendia que devíamos ter um processo de divisão territorial no Brasil mais coerente, mais estudado, que trouxesse uma solução definitiva para o problema e que não partisse apenas da vontade isolada de alguns elementos ou de algumas regiões do Brasil, mas que fosse uma divisão territorial necessária à altura do Brasil de hoje. É o que imagino.

JC — É também favorável à manutenção do calendário eleitoral deste ano, com eleições para prefeito e vereador?

Roberto Balestra — Sou favorável. Acho que é uma necessidade, primeiro, porque todos os prefeitos que estão investidos no cargo foram eleitos para seis anos, e fazer essa prorrogação de última hora, acho que, primeiramente, seria trair o povo e, depois, seria atribuir uma competência a quem já está mais do que cansado no exercício da sua função e que se preparou para ficar seis anos; segundo, porque há necessidade dessa mudança, pois houve uma Constituinte, houve um debate a respeito da Constituição brasileira e, conseqüentemente, de toda a sociedade em torno de pontos que são

polêmicos e que são necessários a cada município brasileiro, através da mudança da base, que é fundamental para as mudanças futuras.

A prova está aí, quando fizemos uma mudança de cima para baixo, através da Aliança Democrática, através da eleição de Tancredo e Sarney etc., e o resultado foi o mais funesto possível, isto é, o Brasil está parado, está regredindo, porque não houve a concordância das bases, e, em se fazendo essa eleição, teremos uma preparação para que, em 1990, tenhamos eleitos governadores identificados com as bases, com os municípios, e mais, é a oportunidade que daremos aos homens de bem — e deve ficar claro aqui que homens de bem não são aqueles que têm posses, os ricos, mas sim o homem bem intencionado, aquele que realmente trabalha em favor da comunidade — de participar do processo político brasileiro, pois uma das maiores razões do nosso naufrágio político, da nossa desgraça política brasileira, está exatamente na ausência de homens de bem na política de base ou na política dos municípios. E esta será a oportunidade.

JC — Como vai ficar o quadro partidário após a promulgação da nova Carta?

Roberto Balestra — Acredito que o PDC será o partido que terá mais chances a médio prazo no cenário político brasileiro. E a prova disso é que, independente de ter espaço na imprensa, independente de ter recursos suficientes para que as nossas lideranças possam atuar em outros estados, trabalhando ativamente, a exemplo de outros partidos que contam com apoio e recursos de empresas e de empresários, temos conseguido crescer apenas dentro da sigla, que por ser uma sigla leve, uma sigla que, no passado, representou muito para o Brasil, por ser uma sigla que tem um comportamento e uma presença muito grande no cenário internacional, definindo governos, como na Alemanha, na Itália e em outros países do mundo e que aqui no Brasil fundamentalmente, graças ao trabalho intenso dos constituintes — cinco deputados e um senador — conseguimos, na proporção do nosso partido, ser o partido que mais apresentou emendas e que mais aprovou emendas dentro da Constituinte. Isso levou um novo alento àqueles brasileiros que querem um partido de centro, um partido que defende a iniciativa privada, que não tem mácula e que, até hoje, não teve nenhum desgaste que pudesse denegrir a sua imagem. Essa é a nossa posição. O PDC será, a curto prazo, um grande partido, haja vista que já temos governador de estado que fez essa opção, sem nenhum trabalho de nossa parte, trazendo consigo dez deputados e diversos prefeitos. Temos recebido adesões de prefeitos, dos mais proeminentes, do estado de São Paulo, de municípios importantes. Vamos disputar a eleição em 22 estados brasileiros — além daquilo que tínhamos necessidade (seriam nove estados para registrar definitivamente o partido), fizemos convenção em 22 estados e já temos deputados estaduais e vereadores em todos os estados brasileiros. Apenas por ser uma sigla leve e desvinculada de qualquer grupo que possa prejudicá-la e com o trabalho — como já disse — dos constituintes a nível de Constituinte.

ESCREVA A SUA CARTA

A Constituinte entrou em sua última etapa, a da votação do projeto de Constituição pelo plenário. Desde o início a sociedade participou e opinou, por todos os meios. E ainda é tempo de contribuir. Escreva a sua carta, dizendo o que você pensa e quer.

Aimorés (MG), 25 de abril de 1988

EXMO SENHORES CONSTITUINTES
BRASÍLIA DF

Prezados Senhores

Venho pela presente solicitar-lhes que estigam os direitos das escolas particulares em cobrar a seu critério as mensalidades, o que está ocasionando uma grande celeuma e dificultando o acesso dos alunos às escolas.

Quero solicitar também a possibilidade de estudarem melhor a situação dos produtores rurais, dando assim melhores condições para que estes possam alimentar esse nosso Brasil, de que vocês são representantes.

Meus agradecimentos aos constituintes que lutam pela justiça e igualdade de todos.

Sem mais para o momento, despeço-me

Atenciosamente

Tomaz Benedito de Souza
- TOMAZ BENEDITO DE SOUZA -
ACADÊMICO DE DIREITO
PRODUTOR RURAL

Direitos humanos

Srs. Constituintes,

A próxima Constituição deverá, entre outros temas, tratar da reforma agrária, preservando, porém, as terras produtivas; reforma tributária de modo que a União não detenha para si os ganhos dos estados e municípios; maior autonomia para os estados e municípios; garantia dos direitos humanos de cada cidadão; menor interferência do Estado na economia privada; preservação de nossos recursos naturais e proteção aos indígenas, sua cultura e suas propriedades, sem paternalismo por parte do Estado. (...)

Antônio Carlos Santos Cardoso
Fortaleza — CE

Novas possibilidades

Srs. Constituintes,

Que a nova Constituição possibilite a atualização do Código Penal, garantindo a maioria aos 14 anos. Pena de morte para os assassinos reincidentes em qualquer tipo de crime. Trabalho forçado para os criminosos primários. Patrulhamento constante pela FAB das rotas de contrabando, onde se esvaem o nosso ouro e pedras preciosas. (...) Acho que a nova Constituição deve refletir a verdade científica do momento

em que vivemos e ser livre de qualquer interferência de seitas religiosas. (...)

Dario Luiz Maselli
Três Pontas — MG

Espaços iguais

Srs. Constituintes,

Sugiro que se acabe com os decretos-leis. Fim da censura em termos de proibição da exibição de filmes, peças e livros, etc. Deve haver apenas a determinação de uma idade limite. Quem quiser assistir, quem quiser olhar, olhe. (...) Mudança da lei de propaganda eleitoral. Todos os partidos devem ter espaços iguais na televisão, rádio e outros meios de comunicação; proibição de campanhas nos muros e de distribuição de panfletos. Contra a privatização das empresas estatais. (...)

Marcos da Costa Pereira
São José dos Campos — SP

Fabricação de armas

Srs. Constituintes,

Gostaria imensamente que se analisasse o problema da fabricação de armas para exportação, que é resultado do regime militar, graças a Deus já superado. Que se procure aplicar o dinheiro desti-

nado a este setor na agricultura ou outro setor produtivo, pois sendo o Brasil eminentemente cristão, pregando a paz e a fraternidade, não poderá continuar a dizer vidas com armas fabricadas com o suor e tecnologias próprias.

Luiz Antônio Silveira
Iporã — GO

Capital Estrangeiro

Srs. Constituintes,

Com a reforma econômica do Governo federal, seria louvável que a Constituinte analisasse aspectos que dizem respeito à entrada de capital estrangeiro em nosso país, e que se tomassem medidas, tais como: Todos os valores em moedas, com especialidade o dólar, não fossem negociados livremente, pois para tal ficariam obrigados todos os turistas a fazerem a respectiva troca de valores nos bancos credenciados pelo Governo federal, pois a nossa inflação galopante foi fruto de dinheiros estrangeiros correndo por cima de nossa fraca moeda.

Eliude Alves Costa
Presidente Dutra — MA

Produtos Agropecuários

Srs. Constituintes,

Gostaria de sugerir que fosse questionado um programa especial voltado para a política de exportação de produtos agropecuários, pois quando o país produz, principalmente grãos, em quantidades elevadas, ocorre a superestocagem em armazéns sem condições de receber tais produtos, e o resultado é a perda parcial desses produtos. Deveríamos também negociar a troca, pois bem



SINDICATO DOS PESCADORES DE SANTOS

Registrado pelo M.T.C. em 12-10-1951
CCM BASE TERRITORIAL NOS MUNICÍPIOS DE SÃO VICENTE E GUARUJÁ
Sede Av. Almirante Saldanha da Gama, 183 - Alto - Ponta da Praia
SANTOS

Ofício nº PR 024/88.

Em 03 de maio de 1988.

Do Presidente do Sindicato dos Pescadores de Santos.

Ao Ilmo. Sr. Redator do "JORNAL DA CONSTITUINTE".

Assunto: Sugestão

Exmos. Srs. Constituintes:

Através do presente, gostaríamos

de sugerir que:

- 1.- Reflitam melhor sobre tudo o que vem sendo aprovado, referente à questão sindical.
 - 2.- Sendo uma Constituição, que os Srs. alegam ser Democrática e Progressista, como pode haver imposições dos Srs. aos pescadores profissionais?
 - 3.- Os Srs. sabem o que é uma Colônia de pescadores?
 - 4.- Qual a sua dinâmica social?
 - 5.- Vamos mostrar aos Srs. o que é uma Colônia de pescadores, para que não vejamos na nossa Constituição uma imposição que teremos que amargar por longos anos. E' que não continuemos a ter em nosso meio, pelegos e entreguistas.
 - 6.- Chega de imposições!!
 - 7.- E onde fica a Unidade Sindical, se for aprovado realmente o parágrafo 6º do artigo 9º do substitutivo da Comissão de Sistematização?
- No aguardo de ver publicado este alerta em favor dos pescadores profissionais, apresento minhas cordiais saudações.

Atenciosamente

Luiz Nemestrino de Araujo Filho
= PRESIDENTE =

sabemos que o Oriente Médio, maior exportador de petróleo para o Brasil, possui solos inférteis, não produzindo alimentos para o seu consumo interno.

Cícero de Barros
Bragança — PA

Constituição Justa

Srs. Constituintes,

Que a nova Constituição seja justa e não injusta, que gere mais empregos, pois em nosso país existem muitas pessoas necessitando trabalhar. Que os colégios estaduais e municipais tenham mais recursos didáticos e que surja um novo método de aprendizagem capaz de satisfazer melhor às necessidades da população. (...)

Francisco da Silva Oliveira
Ceará-Mirim - RN

Reforma

Srs. Constituintes,

Que se faça uma reforma tributária que permita a aplicação de maiores recursos nos municípios, aperfeiçoando-se o sistema de arrecadação de tributos e a organização de uma estrutura administrativa marcada pelo dinamismo e pela seriedade, (...)

Prudência Veríssimo
Nova Iguaçu — RJ

Vida

Srs. Constituintes,

O homem está destruindo a si mesmo e a natureza. Será um suicídio inconsciente da raça humana? Autodestruição? Não quero idiotamente desaparecer sob um cogumelo atômico ou de qualquer outra forma.

Gelson Luiz Anghinoni
Marinho — RS

Natal, 26 de abril de 1988.

Senhores Constituintes:

Venho através da presente, para exigir dos Srs. Constituintes mais trabalho em prol da população, pois lembro aos Srs. que foram eleitos pelo voto de cada pessoa, para que sejam representantes dos seus direitos, peço aos Srs. uma reflexão sobre 03 (três) assuntos:

01. SALÁRIO MÍNIMO - Os Srs. acham digno um homem receber esse salário quando ele trabalha duro 08 horas por dia ou mais, será que ele conseguirá sobreviver com sua família quando tudo que precisamos para sobreviver-mos tem aumentado a cada dia. É humilhante receber-mos esse SM de 7.260,00 quando o nosso País tem CONDIÇÕES de pagar um salário mais DIGNO.

02. SEGURANÇA - Peço aos Srs. que incluem na Constituição uma lei de Pena de morte e que não fique só na teoria nos casos de: estupro, sequestro e assassinato, acho que se a lei entrar em votação e for aprovada isso mudará em nosso País, não é justo um assassino prejudicar ou tirar a vida de uma pessoa de bem, sem que esse seja punido pela LEI.

03. PRESÍDIO - Peço aos Srs. que incluem na Constituição uma lei que obrigue o detento a cumprir sua pena, trabalhando duro 08 horas por dia, assim evitaria aglomerações e rebeliões nos presídios, assim os detentos não teriam tempo para pensarem em FUGIR e pegarem mais VÍTIMAS e o trabalho os ajudariam a sentir um pouco de responsabilidade e talvez mudasse a vida de ALGUNS na reabilitação do mundo real.

Atenciosamente,

Maria Moreira de Andrade
MARIA MOREIRA DE ANDRADE

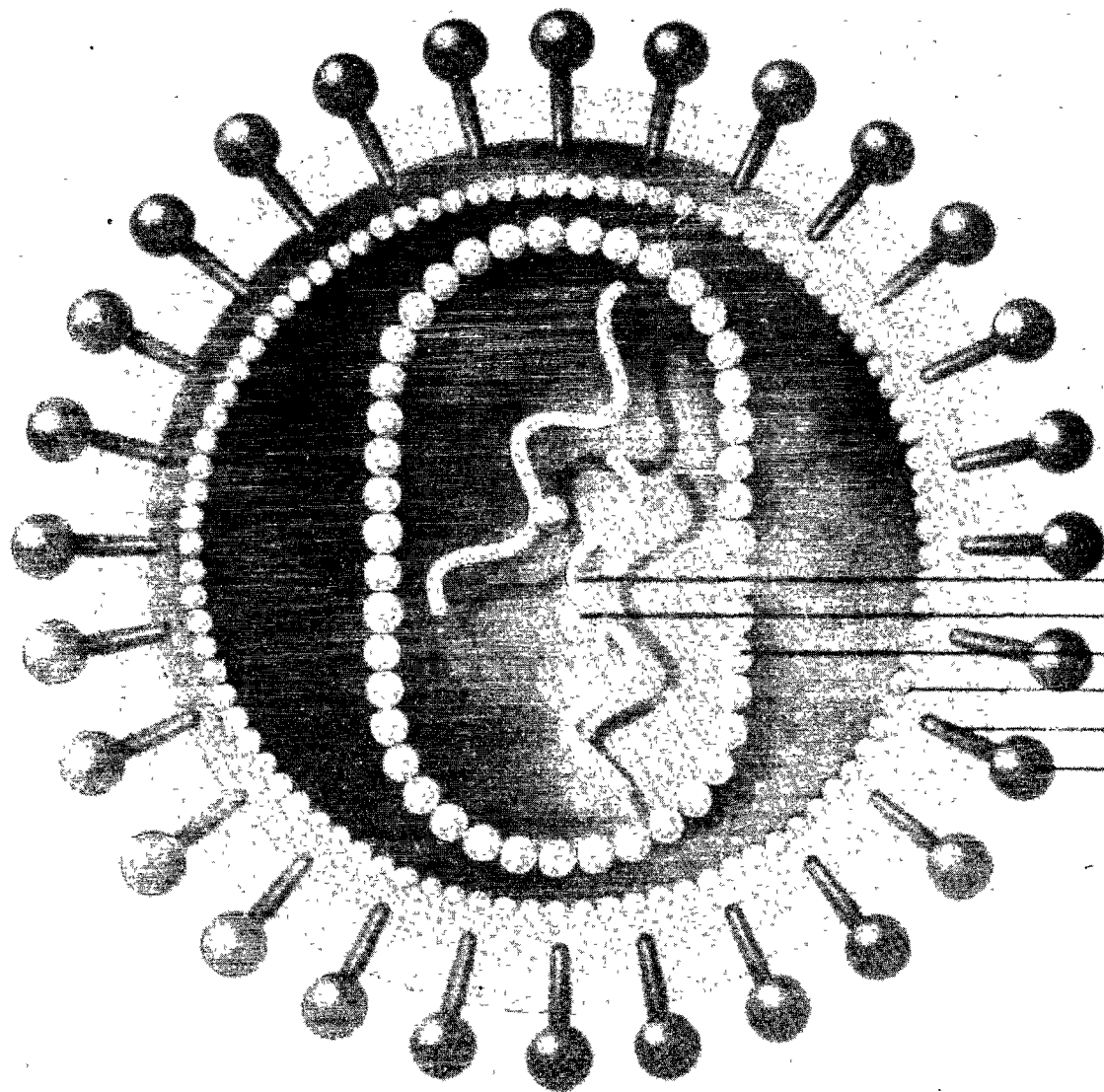
AIDS, uma questão política

Quando a Constituinte, no Capítulo da Ordem Social, começar a debater a questão da saúde pública no Brasil e do sistema mais adequado para promovê-la (se estatal e unificado, ou se aberto à iniciativa privada), algumas questões fatalmente surgirão como prioritárias. Entre elas, deveria ganhar destaque, por exemplo, o problema da pesquisa básica, muito pouco incentivada no país, com enorme prejuízo, seja pela evasão de divisas, seja pela incipiência da qualidade dos serviços ofertados por um sistema que opera sob tutela do exterior e com baixa tecnologia.

Na semana passada, a Associação dos Pesquisadores Científicos do Distrito Federal — APqC-DF, promoveu, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, um debate sob o enfoque "AIDS também é uma questão política". Tal discussão teve por objetivo promover uma troca de idéias sobre a questão da AIDS no país e situar, para o público em geral, e para os constituintes, as responsabilidades de cada um e do Estado na condução de uma questão de saúde que cresce a cada dia em importância. AIDS é um caso típico em que, além dos terríveis danos provocados pela doença em si, se revela com clareza a dependência nacional: de acordo com o professor Antonio Teixeira, presidente da APqC-DF, a pesquisa básica somente é realizada no Instituto Osvaldo Cruz e a quase totalidade dos kits-diagnóstico para teste de AIDS são importados. Para se ter uma idéia da necessidade desses kits basta dizer que, segundo estimativas da professora Lair Guerra de Macedo, diretora da divisão das moléstias sexualmente transmissíveis do Ministério da Saúde, já teríamos, no Brasil, algo em torno de 500 mil pessoas infectadas pelo vírus da AIDS. (Em todo o mundo seriam, já, dez milhões.)

DOENÇA NOVA, VELHOS PROBLEMAS

Pode-se dizer da AIDS que é uma doença de descoberta recente, pois foi descrita pela primeira vez em 1981, embora tivesse começado na década de 50, na África Central. O fato de tratar-se de uma moléstia "nova" serve para que se avalie com mais precisão como o Estado tem capacidade para conduzir o problema, de vez que os dados sobre número de incidências, atendimentos, etc., ainda não estão excessivamente espalhados, ao ponto de se tornarem completamente inacessíveis. Neste sentido, Brasília é um exemplo interessante: já existem, aqui, 158 pacientes oficialmente diagnosticados, dos quais 38 no estágio terminal (IV). As estimativas oficiais autorizadas pela Organização Mundial de Saúde permitem supor que, a esse número de aidéticos já diagnosticados corresponde, de fato, uma população de 875 a 3.500 pessoas infectadas, pois a doença se manifesta em até sete



Acima um esquema do HIV, o vírus fatal da AIDS. Ele já infectou 10 milhões de pessoas em todo o mundo

anos após a infecção. Continuando um raciocínio prospectivo, teríamos que, em 1995, haveria de 350 a 1.400 pacientes no estágio IV (terminal), somente no Distrito Federal. A professora Lair Guerra de Macedo, em sua conferência no debate "AIDS também é uma questão política", alertou para o fato de que muitos casos não são notificados, o que leva a supor incidência ainda maior. Para um quadro como esse, hoje, Brasília dispõe formalmente de apenas quatro leitos para pacientes aidéticos, faltam medicamentos, falta apoio laboratorial para o diagnóstico das infecções oportunistas que acometem os aidéticos (tuberculose, pneumonia, etc.) e há carência quase absoluta de assistência psicológica a pessoas que são levadas, subitamente, à fronteira da morte.

Esse painel, pintado com relação à AIDS, se torna mais dramático por estarmos falando de uma moléstia fatal, que afeta o sistema imune dos indivíduos, ensejando, inclusive, que ele seja acometido de inúmeras outras doenças, de enorme gravidade, entre elas o câncer. Contudo, se operamos, com AIDS, num universo provisorio de 158 indivíduos, hoje, naturalmente que outras moléstias, de incidência quase crônica, a maior parte delas derivadas de carências sociais (como falta de alimentação, saúde, higiene), recebem, proporcionalmente, um tratamento igualmente incipiente por



Lair: 500 mil infectados



Teixeira. Estado é responsável

parte do Estado. No caso da AIDS, a novidade estaria justamente no que já foi expresso antes: teríamos, com o triste advento desta doença, uma excelente oportunidade de fazer um esforço em direção ao conhecimento, seja participando das pesquisas visando à obtenção de uma vacina, seja, pelo menos, tentando vencer barreiras científicas e tecnológicas que impedem, hoje, que a moléstia possa ser diagnosticada com segurança absoluta.

A QUESTÃO NÃO É EXPULSAR O ESTADO

O crescente número de greves realizadas no setor de saúde, em Brasília e no país de um modo geral, as denúncias dos cientistas quanto à falta de apoio à pesquisa e outros fatores críticos visíveis, poderiam conduzir o debate, inclusive o constituinte, a acreditar na incapacidade estatal para gerir a questão da saúde no Brasil. Pelo contrário: a AIDS e muitas outras grandes endemias constituem-se em provas irrefutáveis de que a saúde pública deve ser responsabilidade do Estado, tendo em vista que a rede privada não está capacitada para atender a esse tipo de demanda.

O que se deve reivindicar na comunidade científica e na maior parte da comunidade médica é a adequação de saúde à necessidade e à melhoria dos serviços presta-

dos pelo Estado, aliás não somente nesta área específica, mas em todas as demais áreas essenciais, como o direito ao trabalho, à habitação e à educação, sem o que o problema de saúde continuará crônico. A iniciativa privada, naturalmente, pode, do ponto de vista de parte expressiva da comunidade médica e científica, atuar subsidiariamente, mas o que se cobra, inclusive, agora, a partir do tratamento da questão da AIDS, é a responsabilidade do Estado pela saúde dos cidadãos, sendo necessário notar, aí, que todos os empregados são compulsoriamente contribuintes da Previdência Social.

PESTE MODERNA, MENTALIDADE ANTIGA

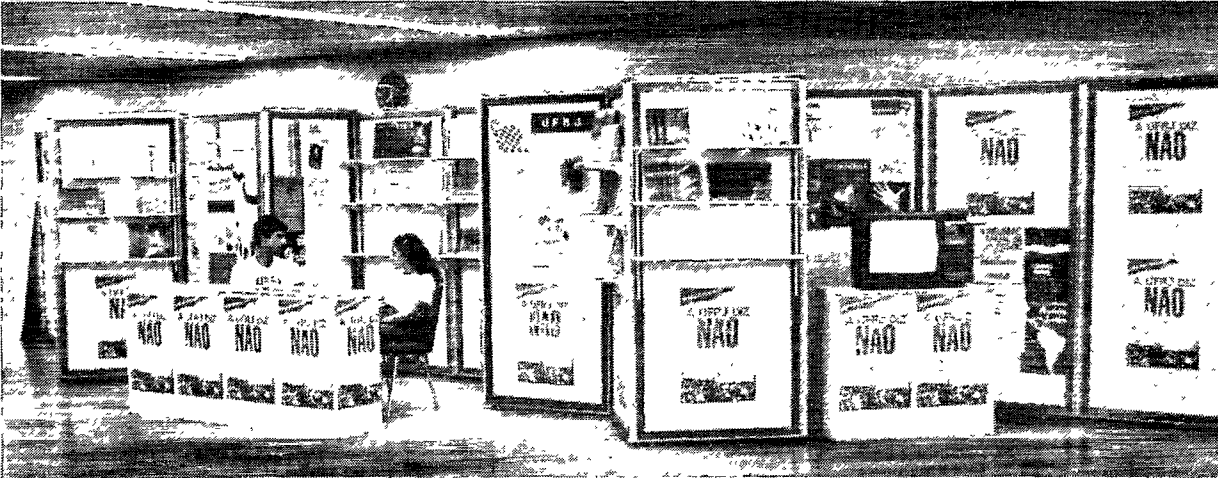
O debate sobre a AIDS promovido na semana passada no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte serviu, também, para introduzir discussões sobre um outro tema: o conflito entre os conceitos de novo e antigo, xenofobia, nacionalismo e entreguismo. A AIDS é uma peste moderna, os vírus que a transmitem têm, segundo os cientistas, uma estrutura altamente complexa. Trata-se, pois, de um desafio mundial. Em um país subdesenvolvido como o Brasil, doença desse tipo deve servir de alerta no sentido da busca da modernidade, sem perda da consciência de nossa posição no mundo. Em outras palavras: AIDS é o tipo de assunto em que não cabe xenofobia, ou seja, qualquer descoberta científica estrangeira será bem aceita aqui. Isso não significa, entretanto, que os kits-diagnóstico e o AZT (medicamento disponível para minorar o sofrimento dos doentes) devem ser adquiridos a custos elevados por países pobres do Terceiro Mundo.

Assim, temos que enfrentar a peste moderna com uma mentalidade aberta ao progresso técnico-científico, à colaboração internacional, quando possível, mas sem perder de vista que precisamos reduzir cada vez mais a nossa dependência em setores estratégicos, entre os quais, naturalmente, o de saúde. Cabe aqui, por óbvio, uma referência ao fato de termos nossa indústria farmacêutica quase que absolutamente dominada por multinacionais. A vastíssima maioria dos fármacos utilizados são importados, a população serve de cobaia para medicamentos novos e não testados e as multinacionais praticam preços elevados e diferenciados para um mesmo produto. O quadro da indústria farmacêutica é, igualmente, reflexo do não investimento em pesquisa básica na época oportuna. Quando se pretendeu, na semana passada, imprimir uma dimensão política à condução do problema da AIDS, estava-se, também, tentando alertar para que o fato da questão nacional passar, evidentemente, pela saúde de seu povo. Um país sem autonomia para assegurar a saúde de sua população estará, no limiar do século XXI, fadado a assassinar seu próprio futuro.

Ronaldo Paixão



ADIRP/William Prescott



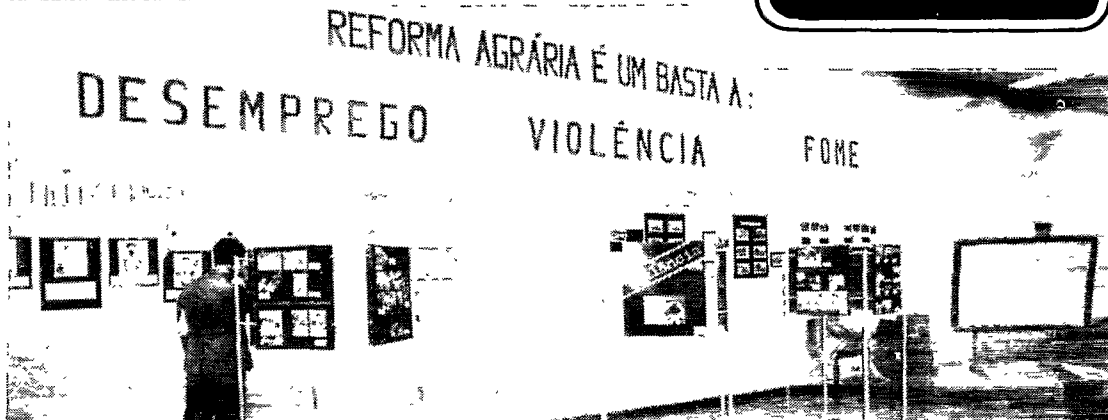
ADIRP/Benedita Passos



A posição de quem constrói

Acompanhados do constituinte Luís Roberto Ponte (PMDB — RS), os presidentes dos Conselhos Federal e Regional - DF de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Albano Wolkmer e Antônio Otaviano, foram recebidos pelo presidente da ANC, Ulysses Guimarães, a quem entregaram um documento em defesa da tecnologia nacional, do monopólio estatal do Petróleo da tecnologia de ponta, da empresa nacional, das estatais que atuam em setores básicos e dos investimentos em ciência e tecnologia. O documento que também defende eleições presidenciais diretas em 88 foi produzido ao final de um encontro de arquitetos, engenheiros e agrônomos, realizado em Brasília.

ADIRP/Revivaldo Stavale



Defensores da reforma agrária pressionam

Os batalhadores da reforma agrária não perderam tempo e ocuparam grandes espaços do edifício do Congresso Nacional, na tentativa de sensibilizar os constituintes para suas reivindicações, no momento em que se desenvolviam intensas negociações em busca de um acordo sobre o tema mais polêmico

enfrentado até agora. Uma das estratégias da luta dos defensores da reforma foi a colocação de cartazes e painéis, como o da foto, mostrando, com imagens, porque consideram fundamental essa reforma.

Escolas públicas e universidades dizem o que querem

À medida em que se aproxima o momento da votação, pela Assembleia Nacional Constituinte, do capítulo da Educação, cresce a pressão das entidades e instituições ligadas ao ensino, em defesa das propostas que melhor atendam aos objetivos de um ensino mais eficiente democrático, em todos os níveis.

No decorrer da semana que passou, a ANC foi palco de dois atos da montagem dessa luta em favor do ensino. Um deles foi quando o secretário de Educação da cidade do Rio de Janeiro, Moacyr de Goes, entregou ao presidente da ANC, Ulysses Guimarães, um memorial com 143.653 assinaturas de alunos, professores, pais, funcionários, educadores e lideranças comunitárias e sindicais, em defesa da escola pública. O documento afirma que a escola pública é direito da população e dever do estado, e constitui instrumento importante na construção de uma sociedade melhor. Por isso, os signatários do memorial pedem à Constituinte que, neste momento decisivo, posicione-se claramente, priorizando o ensino público gratuito e democrático, destinando a ele verbas públicas geradas pelas diversas contribuições da sociedade. O outro ato em defesa do ensino, já agora ao nível superior, foi a iniciativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de montar, no recinto da ANC, uma exposição sobre o trabalho editorial por ela desenvolvido. Essa mostra tem, ainda, a finalidade de protestar contra o congelamento da URP e uma série de outras medidas adotadas pelo governo, no pacote fiscal, e que atingem diretamente a vida das universidades. Paralelamente à exposição, foi distribuído um manifesto no qual reitores de seis universidades federais conclamam seus colegas, professores e alunos a se dirigirem à ANC e ao Congresso Nacional em luta por seus interesses. Do Congresso, os reitores querem a rejeição do pacote que congelou a URP e adotou decisões que, para eles, colocam em risco os recursos para suas instituições. Segundo dizem, estas medidas cerceiam a autonomia e reduzem a qualidade do ensino nas universidades públicas, diminuindo os salários e desarranjando todo o processo de apoio às pesquisas. Da Assembleia Nacional Constituinte, os reitores cobram a rejeição de propostas que abrem o canal da destinação de recursos públicos às universidades privadas. Para eles, é necessário que a ANC adote as emendas que podem resultar numa educação avançada, numa universidade autônoma e também na ampliação, na gratuidade e na democratização do ensino superior.

